

Brasileiros



Ponto de  
Equilíbrio

RELATÓRIO ANUAL  
INFORMAÇÕES 2017



## “É PRECISO ESTAR EM MOVIMENTO PARA MANTER O EQUILÍBRIO”

Albert Einstein

O ponto de equilíbrio é aquele em que comemoramos as conquistas com a certeza de que ainda temos muito trabalho pela frente. É o momento em que já podemos olhar para trás com orgulho pelas realizações entregues aos nossos participantes, porém, sem esquecer que nossa visão de futuro é o norte do modelo de excelência que desejamos alcançar. Hoje, podemos afirmar que fundamos os alicerces de uma Fundação mais forte e preparada para os desafios inerentes ao nosso segmento de atuação, cada vez mais complexo. O equilíbrio é isso: o momento em que confiamos em nossas escolhas para avançar no próximo passo.

# SUMÁRIO •

Missão, Visão e Valores	4
A Brasiletros	5
Patrocinadoras	5
Diretoria Executiva	6
Mensagem da Diretoria	9
Estrutura Organizacional	10
Órgãos Estatutários	12
Fatos	14
Diretoria de Seguridade	18
Mensagem da Diretoria	21
Despesas Previdenciais	22
Receitas Previdenciais	24
Percentual de Contribuição	26
Parecer Atuarial PCA	28
Parecer Atuarial PACV	38
Diretoria de Investimentos, Administração e Finanças	50
Mensagem da Diretoria	53
Política de Investimentos	54
Alocação da Carteira de Investimentos dos Planos	56
Fundos de Investimentos	57
Despesas dos Investimentos	61
Demonstrações Financeiras	62
Pareceres	100
Diretoria Jurídica	102
Mensagem da Diretoria	105



## MISSÃO, VISÃO E VALORES

### MISSÃO

Garantir níveis de retorno dos investimentos dos recursos aportados, pelos participantes e patrocinadoras, com segurança, liquidez, máxima rentabilidade e mínimo risco, retribuindo aos seus participantes em forma de pagamento de benefícios, num ambiente de qualidade, eficiência e pontualidade.

### VISÃO

Ser, dentre as entidades fechadas de previdência complementar do seu porte, um modelo padrão de referência, na excelência de qualidade dos serviços prestados, objetivando incessantemente, garantir e promover um padrão de dignidade e valorização dos seus participantes.

### VALORES

Espera-se dos Conselheiros, Diretores, Colaboradores e Prestadores de Serviço, a perfeita sintonia e exercício das seguintes crenças e valores:

#### Responsabilidade e Profissionalismo

Deve ser sempre incentivada, interna e externamente, a superação da qualidade dos serviços, através da criatividade, profissionalização e responsabilidade, extensivo a parceiros, que devem, da mesma forma, desenvolver e manter procedimentos e comportamentos semelhantes.

#### Conduta Ética e Transparência

Verificados através da fidelidade, obediência e cumprimento dos princípios e das boas práticas de governança corporativa.

#### Valorização do Ser Humano

Todas as ações da Entidade devem ter como princípio norteador o zelo, o respeito e o amor ao próximo.

#### Espírito de Colaboração e Cooperação

O clima no ambiente do trabalho deve ser saudável, cabendo a todos a busca de um relacionamento ético e respeitoso, com comportamento colaborativo, na busca das metas comuns e de trabalho em equipe

## A BRASILETROS

A Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros constitui-se em uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), sem fins lucrativos e foi criada em 23 de março de 1972 com a denominação Fundação CBEE de Seguridade Social - Brasileiros, tendo como patrocinadora a Companhia Brasileira de Energia Elétrica (CBEE).

Em 1979, a Fundação CBEE de Seguridade Social teve incorporado ao seu patrimônio a Fundação Centrais Elétricas Fluminenses de Seguridade Social (CELFUS), em decorrência da fusão das antigas empresas CBEE e Centrais Elétricas Fluminenses S/A (CELF).

Em 1980, a Entidade passou a denominar-se Fundação CERJ de Seguridade Social - Brasileiros.

Em 2005, passou a chamar-se Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros, em função da alteração da razão social de sua patrocinadora para Ampla Energia e Serviços S/A.

A Fundação administra planos de previdência dos empregados e ex-empregados da Ampla Energia e Serviços S.A., Enel Brasil, e da própria Brasileiros.

A Entidade é associada da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada), do ICSS (Instituto de Certificação dos Profissionais de Seguridade Social) e é fiscalizada pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), vinculada ao Ministério da Previdência Social (MPS).

Atua em modelo de gestão participativa, com o comprometimento dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da diretoria e dos empregados, todos alinhados com os ideais dos participantes, das patrocinadoras e da sociedade. Atualmente, a Brasileiros administra dois planos de benefícios. São eles:

- Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA);
- Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável (PACV).

## PATROCINADORAS



Enel Brasil



Enel Distribuição Rio

Brasileiros

Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros



# DIRETORIA EXECUTIVA

**"Nós somos o que fazemos  
repetidamente. Excelência, portanto,  
não é um ato, mas um hábito."**

Aristóteles





# DIRETORIA EXECUTIVA ●



Equilíbrio  
na Gestão

David Augusto  
de Abreu ●

●●●●  
2017

## CHEGAMOS A UM PONTO DE EQUILÍBRIO

Podemos nos orgulhar do passado  
Seguir avançando no presente  
e acreditar no futuro

O ano de 2017 chegou ao fim e com ele foi concluído um ciclo de 03 anos desta administração, cujos resultados, felizmente, podemos celebrar.

Acreditamos haver chegado a um ponto de equilíbrio, tema conceito deste relatório anual de informações, onde olhamos para trás e nos sentimos orgulhosos pelas conquistas realizadas, onde nos mantemos em permanente aprimoramento e avanço, onde nos sentimos crédulos e preparados para o futuro.

Os resultados da Brasileiros em 2017 refletem a dedicação e a competência dos que trabalham pela Fundação e a correção das decisões tomadas. O resultado superavitário alcançado nos 02 planos de benefícios vem a coroar este trabalho.

No ano, foram pagos pela Brasileiros um total de 101,6 milhões de reais em benefícios previdenciários, a mais de 2.500 participantes assistidos e pensionistas, lastreados em um patrimônio de 1.073 milhões de reais, se considerados os dois planos de benefícios.

O Plano de Benefício Definido alcançou um resultado superavitário de 31,5 milhões de reais no exercício e

uma rentabilidade anual de 9,65%, superando a meta atuarial de 7,68%aa (INPC+5,5%aa).

O Plano de Contribuição Variável, por sua vez, apresentou 11,6 milhões de reais de superávit no ano e suplantou a meta atuarial de 7,68%aa (INPC+5,5%aa) com uma rentabilidade de 12,16%aa.

O engajamento de dirigentes e empregados, o aprimoramento do relacionamento institucional, a presença, a proximidade e o apreço pelos participantes, a busca pelo aprimoramento constante, a visão de futuro, a clareza de que a coletividade está acima do indivíduo e o entendimento do propósito da previdência complementar, combinados com a melhoria e modernização de processos e sistemas, o correto exercício do dever fiduciário e a gestão qualificada e responsável das contingências e dos investimentos, são as bases do nosso trabalho e a razão dos bons resultados alcançados.

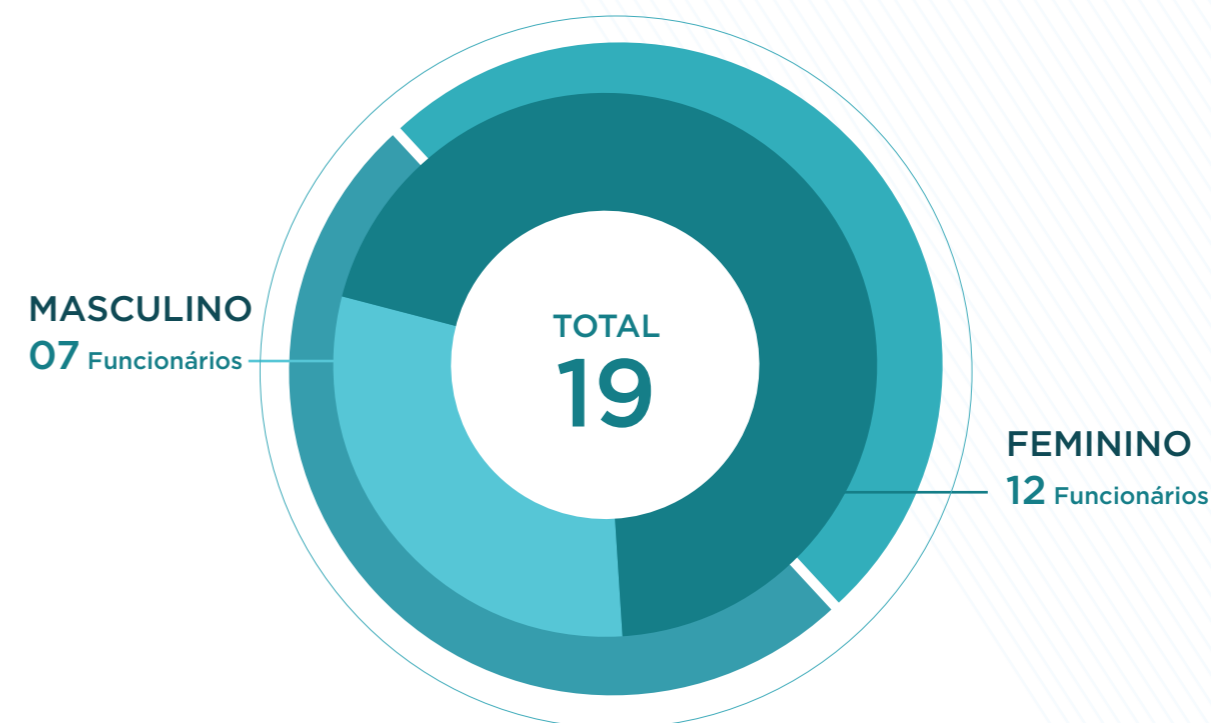
“ O passado nos fortalece  
O presente nos desafia  
O futuro nos inspira. ”

# ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

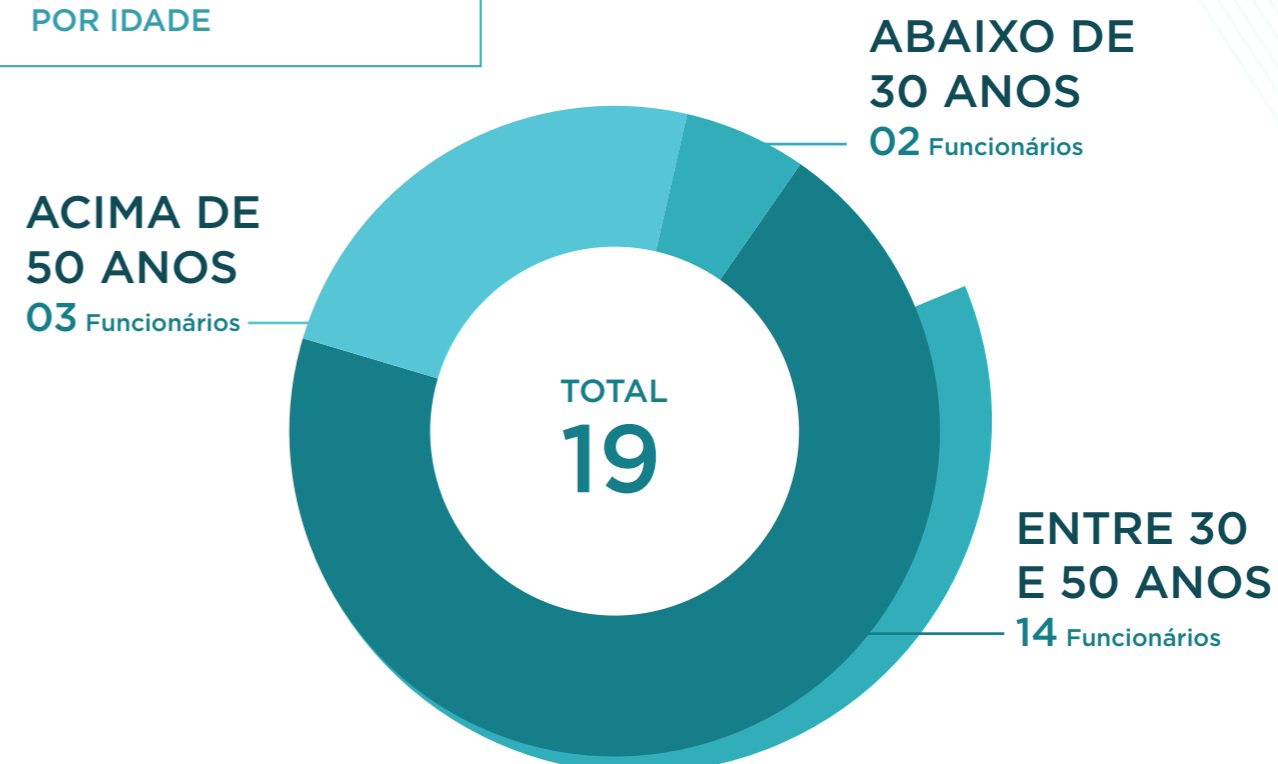
## CORPO FUNCIONAL POR ÁREA

Sigla da Área	Nome	Quantidade
Diretor-Presidente • PRESI	David Augusto de Abreu	1
Diretora de Investimentos, Administração e Finanças • DIAFI	Daniela dos Santos Oliveira Hildebrandt de Melo	1
Diretor de Seguridade • DISEG	Oscar Enrique Campos Jara	1
Diretor Jurídico • DJUR	Muci Girgi Germain	1
Secretaria • SECRE	Sandra da Cruz Marins Rozendo	1
Planejamento e Controle • PLANE	Joana Castro Lima Lopes	2
	Vania de Caires e Silva	
Jurídico • JURID	Caroline Oliveira Carvalho	1
Contabilidade • CONTA	Andréa de Souza Barreto	2
	Thaís Duarte Tardelli	
Seguridade • SEGUR	Silvane Neuhaus	3
	Déborah Couto Coelho da Silva	
	Renata Machado Veiga	
Administração e Finanças • ADFIN	Luiz Cláudio Pinto Mattos	3
	Anderson dos Santos Torres	
	Fernando Antonio Mouzinho Prazeres	
Investimentos • INVES	Valquiria Pinto da Silva	3
	Ana Bárbara M. L. de Souza	
	Henrique Borges da Fonseca	
<b>Quantidade de funcionários</b>		<b>19</b>

## CORPO FUNCIONAL POR GÊNERO



## CORPO FUNCIONAL POR IDADE





# ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS ●

## CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo é o órgão de orientação superior, deliberação e controle da Fundação, cabendo-lhe fixar os objetivos e políticas previdenciais, e sua ação se verificará pelo estabelecimento de diretrizes fundamentais e normas gerais de organização, operação e administração (Seção I do Estatuto, Art. 14).

### MEMBROS EFETIVOS

Raimundo Câmara Filho (Presidente)

Mandato: 24/04/2015 a 23/04/2018

Anderson Luiz Tostes dos Santos

Mandato: 01/08/2016 a 23/04/2018

Monica dos Santos Dias Cola

Mandato: 08/06/2017 a 23/04/2018

Roberto Nunes Fonseca Júnior

Mandato: 24/04/2015 a 23/04/2018

Ronaldo Jubert Tenório Lima

Mandato: 24/04/2015 a 23/04/2018

Alexandre Pinto de Brito Oliveira

Mandato: 24/04/2015 a 23/04/2018

Geraldo Ricardo de Oliveira Raed

Mandato: 03/08/2015 a 31/07/2018

Maurício Szwarc

Mandato: 03/08/2015 a 31/07/2018

Francisco Eduardo Rizzo Fraga

Mandato: 03/08/2015 a 31/07/2018

Luzia Brandão Marinho Bartolette

Mandato: 03/08/2015 a 31/07/2018

### MEMBROS SUPLENTE

Juliana de Aquino Guimarães

Mandato: 03/10/2017 a 23/04/2018

Mayara Marley Gomes Pessoa

Mandato: 08/06/2017 a 23/04/2018

Juliana Daflon Cunha Parreiras

Mandato: 03/10/2017 a 23/04/2018

Oswaldo Sena da Rosa

Mandato: 03/10/2017 a 23/04/2018

Elaine Regina Rangel

Mandato: 08/06/2017 a 23/04/2018

Carmelita Rodriguez de Oliveira

Mandato: 08/06/2017 a 23/04/2018

Waldemir Oliveira Nunes

Mandato: 03/08/2015 a 31/07/2018

Eduardo dos Santos Machado

Mandato: 03/08/2015 a 31/07/2018

## CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal será responsável pela fiscalização da Fundação, cabendo-lhe, precipuamente, zelar pela gestão econômico-financeira desta (Seção III do Estatuto, Art. 35).

### MEMBROS EFETIVOS

Leandro Oliveira Cordeiro

Mandato: 03/10/2017 a 30/09/2020

Silvana Longhi Valle Moreira

Mandato: 03/10/2017 a 30/09/2020

José Carlos Pacheco

Mandato: 01/06/2017 a 31/05/2020

### MEMBROS SUPLENTE

Gustavo Gracia Ribeiro Moreira

Mandato: 03/10/2017 a 30/09/2020

Diego Sanz

Mandato: 03/10/2017 a 30/09/2020

José Bento Curione

Mandato: 01/06/2017 a 31/05/2020

# FATOS.

## JANEIRO

### Encontro com a Previdência em Campos, Cabo Frio e São Gonçalo

No mês de janeiro, a Fundação, em parceria com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), organizou três encontros e promoveu palestras para tratar do tema "Educação Previdenciária". Os eventos aconteceram na cidade de Campos, Cabo Frio e São Gonçalo. Na ocasião, o INSS enviou representantes de cada localidade para colaborar com o evento e a Brasiletros colocou sua equipe a disposição para atender aos participantes.

### Homenagem ao dia do Aposentado




A participante aposentada Luciane Maria Raeder recebeu das mãos do Diretor-Presidente da Brasiletros, David Augusto de Abreu, um diploma em homenagem ao Dia do Aposentado. O evento faz parte do calendário de atividades da ABRAPP (Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar e do SINDAPP (Sindicato Nacional das Entidades Fechadas de Previdência Complementar). O encontro contou com diversas palestras sobre o tema aposentadoria e marcou o início do calendário institucional para o sistema previdenciário.



## MARÇO

### Alteração do Percentual de Contribuição

Ter planejamento é fundamental para manter a vida financeira equilibrada. Nos meses de março, junho, setembro e dezembro o participante ativo tem a oportunidade de alterar seu percentual de contribuição, investindo no amanhã, e usufruindo de vantagens hoje.

		
O valor das contribuições efetuadas pode ser <b>DEDUZIDO DA BASE DE CÁLCULO DO SEU IMPOSTO DE RENDA</b> , até o limite de 12% da sua renda bruta anual, para aqueles que declaram no modelo completo.	Você não contribui sozinho: a Patrocinadora acompanha com <b>O MESMO VALOR QUE VOCÊ CONTRIBUI</b> (até o máximo de 5%). Caso esteja abaixo desse percentual, você está deixando de receber o limite máximo da contribuição da Patrocinadora.	Para o Participante, não há limite do percentual de contribuição, portanto, <b>QUANTO MAIS CONTRIBUIR, MAIOR SERÁ O SEU BENEFÍCIO NO FUTURO.</b>

## MARÇO

### 45 anos da Brasiletros

Em comemoração ao aniversário de 45 anos da Brasiletros, foi promovido, no dia 23 de março, um momento de confraternização, com presença de conselheiros e participantes, além dos colaboradores.

Além disso, a fim de representar a todos os participantes, a Fundação convidou os senhores Marcos Arruda e Celso Chaves, ativo e assistido respectivamente, para serem homenageados. Essa atitude foi, além de tudo, um agradecimento a todos os participantes, sem os quais, a Brasiletros não teria chegado até aqui.



## JULHO

### Apresentação dos Resultados

A Fundação Brasiletros realizou, no mês de junho, uma Apresentação de Resultados referente ao ano de 2016 e ao primeiro trimestre de 2017. A apresentação aconteceu na sede da ATAERJ e teve uma ótima adesão dos assistidos, que compareceram em grande número e participaram ativamente, com comentários, sugestões e perguntas.

#### A Presidência

O Diretor Presidente, David Abreu, falou sobre os aspectos gerais da Fundação e introduziu alguns assuntos que seriam posteriormente explorados e aprofundados pelos diretores das respectivas áreas. Demonstrou também a importância da combinação de uma boa gestão com um relacionamento forte para a construção dos resultados sólidos e positivos da Fundação - um somatório de esforços de colaboradores, dirigentes e de participantes e assistidos.

#### Diretoria de Seguridade

Por sua vez, Oscar Campos, o Diretor de Seguridade, deu um panorama sobre os planos de benefícios, fazendo um apanhado de diversos dados como o total de participantes, idade média, média de benefícios e seus respectivos desdobramentos, tanto para o PCA, quanto para o PACV.

Além disso, falou também sobre algumas ações realizadas dentro do Plano de Relacionamento, como as visitas aos polos de São Gonçalo, Campos e Cabo Frio, promovendo o Encontro com a Previdência, em parceria com o INSS, a fim de estreitar os laços com os participantes e sanar suas possíveis dúvidas.



#### Diretoria de Administração, Investimento e Finanças

Por fim, Daniela Melo, Diretora da área, tratou de questões como alocação e rentabilidade, deixando clara a saúde financeira dos planos. Evidenciou também os ótimos resultados alcançados no ano de 2016, sendo estes muito acima da média atuarial e até da média de mercado.

Essa foi a segunda apresentação de resultados, uma ação que teve início no ano de 2016 e é mais um trabalho em prol da transparência e da aproximação com os participantes e assistidos. Um trabalho de confiança e relacionamento desenvolvido dia após dia.

#### Alteração do Estatuto

Em junho foi encerrado o processo de alteração do Estatuto da Fundação, com a publicação da portaria n.º 394, de 20/04/2017, expedida pela Diretoria de Licenciamento da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.

## JULHO

#### INSS homenageia parceiros do Programa de Educação Previdenciária

No dia 20 de julho, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como uma ação do seu Programa de Educação Previdenciária, realizou o Encontro de Parceiros, no qual reconheceu a importância das parcerias firmadas para a realização de um bom trabalho e uma boa prestação de serviços.

O Diretor de Seguridade da Fundação Brasileiros, Oscar Enrique Campos Jara, foi um dos homenageados no Encontro. Esse reconhecimento é fruto de muito empenho e dedicação na execução do Plano de Relacionamento que, dentre outros objetivos, visa aproximar a Fundação de diversas instituições que abrangem segmentos importantes para uma melhor prestação de serviços aos nossos participantes.



## AGOSTO

#### Concluída mais uma etapa do Plano de Contingência

O Plano de Contingência é uma ação preventiva que documenta diversas estratégias a serem adotadas para que, em caso de emergência, as atividades essenciais da Fundação sejam mantidas. Desse modo, com a participação de um grupo de Colaboradores em um treinamento contra incêndios e situações de risco, mais uma etapa desse Plano foi cumprida.

O treinamento ocorreu em duas partes: teórica - no qual se tratou dos conceitos mais importantes para a identificação, prevenção e socorro durante uma situação de risco; e prática, que aconteceu no batallhão do corpo de bombeiros, com uma vasta gama de exercícios, tais como, identificação e utilização de extintores de incêndio e simulação de combate a incêndios com uso de pontos de água, grupamentos e dinâmica entre equipes. Essas atividades ensinam a lidar com os riscos e mostram como proceder nessas situações.



## DEZEMBRO

#### SER Econômico

No mês de dezembro, a Brasileiros participou do evento "SER Econômico", promovido pela Enel Brasil, na sede localizada em Niterói. O encontro reuniu diversas palestras e oficinas sobre Inovação, Consumo Consciente e muito mais. Na ocasião, a Fundação organizou um estande onde para distribuição de folders informativos e esclarecimento de dúvidas por atendentes.

#### Encontro com a Previdência em Petrópolis, Macaé e Resende

No mês de dezembro, a Brasileiros em parceria com o INSS, realizou três encontros em Macaé, Resende e Petrópolis. Durante os eventos, a Fundação realizou palestras sobre o tema "Educação previdenciária" e colocou sua equipe a disposição para atender aos participantes.





# DIRETORIA DE SEGURIDADE

"A melhor maneira de nos prepararmos para o futuro é concentrar toda a imaginação e entusiasmo na execução perfeita do trabalho de hoje."

Dale Carnegie





# DIRETORIA DE SEGURIDADE ●



Oscar Enrique  
Campos Jara ●

Equilíbrio  
Operacional e no  
Relacionamento  
com os Participantes



## Presença e Gestão Integrada

A Fundação viveu um ano de muita interação com os participantes em 2017. Inauguramos uma rotina de visitação às localidades onde as patrocinadoras atuam para maior troca de informação e fortalecimento de laços com nossos participantes.

Se tivesse que resumir nossa atuação neste ano em uma única palavra, esta palavra seria presença. Presença com eventos de orientação e formação em Educação Financeira e Previdenciária. Presença com o objetivo de dar uma face para a Fundação, abrindo o diálogo franco e a possibilidade de consulta e troca de experiências. A Diretoria esteve presente humanizando as relações, dando rosto e voz à apresentação das estratégias adotadas e ao esclarecimento de dúvidas. Foi uma experiência muito rica estar com os participantes, incluindo muitas regiões que nunca tinham recebido uma visita da Fundação. Se 2016 foi um ano dedicado à criação de uma política de relacionamento com todos os stakeholders, acredito que 2017 foi um ano dedicado à consolidação do relacionamento, incluindo os trabalhadores ativos nas diferentes áreas da zona de concessão. Sempre procuramos o ponto de equilíbrio: nosso plano de relacionamento com os participantes foi executado trilhando o caminho para o sucesso da Fundação.

A cultura de Previdência Complementar ainda não é uma realidade em nosso país e, embora tenhamos um índice de adesão de quase 100% em nossos planos, sabemos que os participantes ativos muitas vezes não conhecem o impacto que este investimento proporciona ao seu futuro. Fizemos também uma parceria com o INSS que levou aos nossos eventos informações sobre a Previdência Social e sobre as mudanças propostas pelo Governo e seu possível impacto futuro. Nosso objetivo é dar continuidade à esta aproximação educativa com novas visitas e eventos, criando uma cultura de valorização da Previdência Complementar como uma política de Recursos Humanos responsável e moderna e como uma

possibilidade real de garantir mais qualidade de vida na aposentadoria.

Outra realização importante da Seguridade em 2017 foi toda a preparação para a migração da operação para o novo sistema de gestão integrada. Foi, e ainda está sendo, um trabalho árduo para minha equipe, responsável pela parametrização de dados e testes do novo sistema durante todo ano, enquanto mantinha a sua rotina normal de trabalho. É importante lembrar que o sistema de Seguridade é o coração da nossa atividade, que garante a entrega da missão da Fundação, ou seja, o pagamento de benefícios. Uma operação robusta que durante 2017 teve que ser realizada em paralelo ao desenvolvimento do novo sistema. A boa notícia é que já no início de 2018 o sistema integrado foi colocado em operação e, a despeito de estarmos fazendo pequenos ajustes, tudo está acontecendo como previsto. Portanto, já temos uma operação integrada com dados confiáveis e relatórios gerenciais que nos permitem agilidade e eficácia na tomada de decisão.

O nosso desafio é estabelecer um Programa de Educação Financeira e Previdenciária eficaz e permanente que consiga fazer chegar também aos familiares dos nossos participantes e dos nossos funcionários informações sobre planejamento financeiro e a importância da Previdência Complementar. Em 2017, demos o primeiro passo nesta direção com uma ação dirigida aos filhos dos funcionários no Dia da Criança, já focada em educação financeira para o futuro.

Tenho orgulho de dizer que a área de Seguridade tem uma equipe de altíssima qualidade e completamente comprometida com o sucesso de nossas estratégias e iniciativas. A implantação do novo sistema deu provas do quanto esta é uma equipe vencedora e disposta a inovar e a cumprir sua missão cada vez melhor.

“ Se tivesse que resumir nossa atuação neste ano em uma única palavra, esta palavra seria presença. ”

# DESPESAS PREVIDENCIAIS

## DESPESAS PREVIDENCIAIS

Em 2017, os desembolsos previdenciais para pagamento de benefícios totalizaram R\$ 101.675.161,93 milhões, sendo R\$ 81.820.500,17 do PCA e R\$ 19.854.661,76 do PACV

	PCA	PACV
<b>A) Prestação Continuada</b>	<b>79.648.077,55</b>	<b>17.813.981,26</b>
Aposentadorias	66.158.069,01	17.015.441,56
Pensão por Morte	13.490.008,54	798.539,70
<b>B) Prestação Única</b>	<b>2.172.422,62</b>	<b>2.040.680,50</b>
Aposentadorias	2.172.422,62	727.735,56
Pensão por Morte		0,00
Resgate por Desligamento	0,00	1.252.338,73
Portabilidade	0,00	60.606,21
<b>Total (A+B)</b>	<b>81.820.500,17</b>	<b>19.854.661,76</b>

## CONCESSÃO E ENCERRAMENTO

Tipo de Benefício	2016		2017	
	Concessões	Encerramentos	Concessões	Encerramentos
<b>Total PCA</b>	<b>34</b>	<b>54</b>	<b>26</b>	<b>61</b>
Aposentadorias	4	36	0	39
Pensão por Morte	30	18	26	22
<b>Total PACV</b>	<b>60</b>	<b>16</b>	<b>20</b>	<b>23</b>
Aposentadorias	58	14	16	20
Pensão por Morte	2	2	4	3
<b>Total Geral</b>	<b>94</b>	<b>70</b>	<b>46</b>	<b>84</b>

## VALORES MÉDIOS DOS BENEFÍCIOS

Descrição	PACV		
	12/2016	12/2017	Variação
Aposentadoria	2.526	2.611	3,36%
Invalidez	1.271	1.309	3,00%
Pensão por Morte	781	809	3,50%
<b>Total</b>	<b>2.225</b>	<b>2.297</b>	<b>3,22%</b>

Benefícios informados no conceito de capacidade.

Descrição	PCA		
	12/2016	12/2017	Variação
Aposentadoria	3.942	4.059	2,97%
Invalidez	1.429	1.470	2,84%
Pensão por Morte	1.448	1.512	4,45%
<b>Total</b>	<b>3.031</b>	<b>3.106</b>	<b>2,48%</b>

Benefícios informados no conceito de capacidade.

Os benefícios foram reajustados em outubro de 2017, com o índice de 1,63%, referente à variação do INPC de outubro de 2016 a setembro de 2017.



# RECEITAS PREVIDENCIAIS

## RECEITAS PREVIDENCIAIS

As receitas previdenciais totalizaram R\$ 81.307.256,86 milhões, sendo R\$ 61.754.180,45 do PCA e 19.553.076,41 do PACV.

	PCA	PACV
<b>A) Patrocinadores</b>	<b>59.238.848,53</b>	<b>14.246.194,92</b>
Contribuição Normal	9.593,50	4.013.643,01
Contribuição Benefício de Risco	-	-
Despesa Administrativa	2.439.643,00	1.452.655,78
Contribuição Extraordinária	56.789.612,03	8.779.896,13
<b>B) Participantes Ativos</b>	<b>30.180,91</b>	<b>5.103.307,88</b>
Contribuição Básica	30.180,91	5.103.307,88
Contribuição Extraordinária	-	-
<b>C) Participantes Autopatrocinaados</b>	<b>-</b>	<b>203.573,61</b>
Contribuição Básica	-	171.040,65
Despesa Administrativa	-	32.532,96
<b>D) Participantes Assistidos</b>	<b>2.485.151,01</b>	<b>-</b>
Contribuição Assistido	2.485.151,01	-
<b>Total (A+B+C+D)</b>	<b>61.754.180,45</b>	<b>19.553.076,41</b>

## QUANTIDADE PARTICIPANTES

Em 2017, a Brasiletros encerrou o exercício com um total de 3.739 participantes, dentre os quais 972 são ativos, 1802 assistidos, 773 beneficiários e 192 autopatrocinados e diferidos.

	PACV	Ampla	Enel	Brasiletros	Total
Participante Ativo	907		46	17	<b>970</b>
Assistidos	512		1	4	<b>517</b>
Beneficiários	74		0	0	<b>74</b>
Auto Patrocinados	29		1	0	<b>30</b>
Diferidos	132		28	2	<b>162</b>
	1.654		76	23	<b>1.753</b>

	PCA	2017
Participante Ativo		2
Assistidos		1285
Beneficiários		699
		1.986

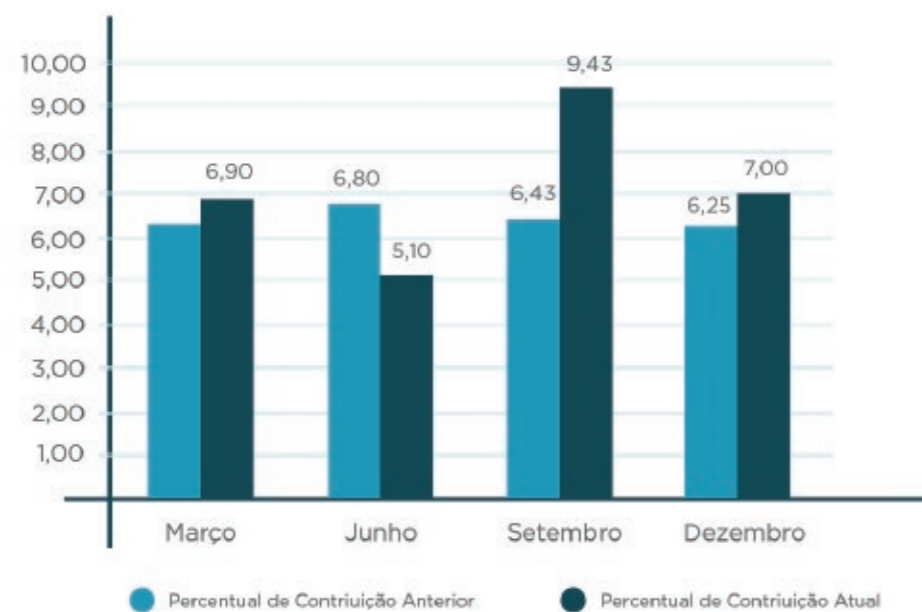
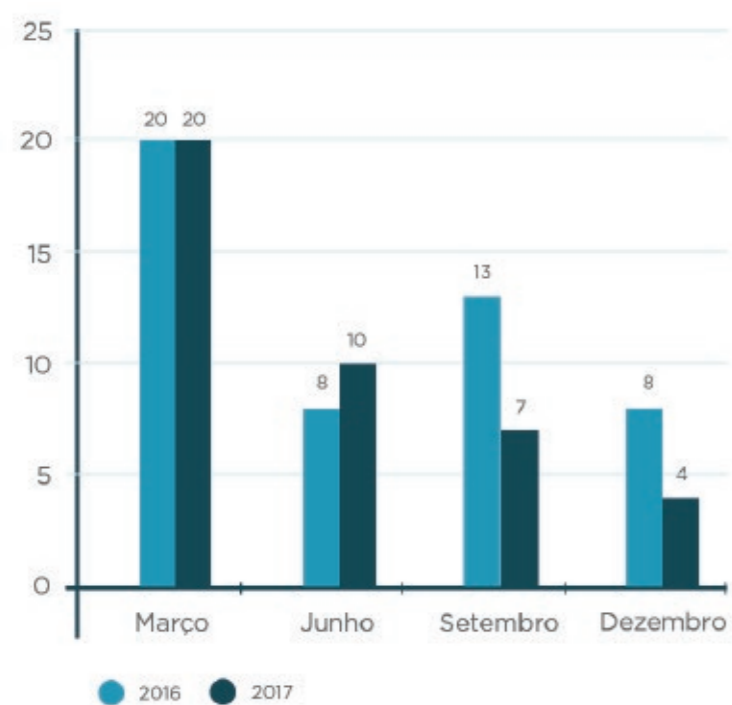
## DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA

Descrição	2016			2017		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
<b>Totais</b>	<b>2021</b>	<b>1750</b>	<b>3771</b>	<b>1986</b>	<b>1753</b>	<b>3.739</b>
Participantes Ativos	2	1.006	1.008	2	970	972
Autopatrocinaados	-	11	11	-	30	30
Diferidos	-	139	139	-	162	162
Assistidos	1.324	521	1.845	1.285	517	1.802
Pensionistas	695	73	768	699	74	773
<b>Idade Média</b>	<b>70</b>	<b>47</b>	<b>59</b>	<b>70</b>	<b>47</b>	<b>59</b>
Participantes Ativos	63	39	39	63	39	39
Autopatrocinaados	-	38	38	-	42	42
Diferidos	-	40	40	-	41	41
Assistidos	71	63	69	71	63	69
Pensionistas	68	60	67	68	61	67

# PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO

No último mês de cada trimestre, é realizada campanha de alteração do percentual de contribuição junto aos participantes. Em 2017, houve um total de 41 alterações.

## ALTERAÇÃO DO PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO





# PARECER ATUARIAL PCA

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2017.

A empresa patrocinadora do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA é a AMPLA - Energia e Serviços S.A..

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo ne-

cessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Brasiletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 486, de 16/09/2013, publicada no D.O.U de 17/09/2013.

O Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA encontra-se em extinção desde 08 de janeiro de 1999, estando fechado a novas inscrições de participantes.

## I - Estatísticas

Benefícios a Conceder	30/09/2017
<b>Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)</b>	
Número	2
Idade média (em anos)	65
Tempo de serviço médio (em anos)	40
<b>Participantes em aguardo de benefício proporcional</b>	
Número	0

Benefícios Concedidos	30/09/2017
Número de aposentados válidos	1.251
Idade média (em anos)	72
Valor médio do benefício	3.977
Número de aposentados inválidos	41
Idade média (em anos)	70

Benefícios Concedidos	30/09/2017
Valor médio do benefício	1.451
Número de pensionistas (grupos familiares)	658
Idade média (em anos)	71
Valor médio do benefício	1.583

## II - Hipóteses e Métodos Atuariais

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros e contam com o aval da patrocinadora do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2017
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,43% a.a.
Projeção do crescimento do benefício do INSS	0,0% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.
<b>Fator de determinação do valor real ao longo do tempo</b>	
Salários	98%
Benefícios do plano	98%
Benefícios do INSS	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic <sup>1</sup>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Média
Tábua de Rotatividade	Nula

<sup>1</sup> Segregada por sexo

Outras hipóteses	2017
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
Elegibilidade ao INSS	Observa a regra de elegibilidade estabelecida para a concessão de benefício do INSS
<b>Composição familiar</b>	
• Benefícios concedidos	<b>Aposentados:</b> cônjuge/ dependente vitalício informado <b>Pensionista:</b> Composição familiar informada
• Benefícios a conceder	Mulher 4 anos mais nova que o homem
• Probabilidade de casados na aposentadoria	95%

Foram realizados, em outubro de 2015, pela Willis Towers Watson, estudos de aderência das hipóteses para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez, rotatividade, mortalidade de inválidos, taxa de crescimento real dos salários e taxa real de juros.

Os estudos realizados em 2015 possuem validade de três anos, com exceção da taxa real anual de juros, cujo estudo tem validade de um ano. As hipóteses apon-



tadas neste estudo foram mantidas em 2017.

O estudo da taxa real anual de juros foi realizado em outubro de 2017 e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

## TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasileiros para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos futuros e pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, elaborados em 2016.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, indicou significativa capacidade de rentabi-

lização dos ativos a 4,90% a.a. na média. A TIR da carteira classificada como "mantida até o vencimento" é de 6,14% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 70% (sessenta por cento), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,66%). Assim, pode-se afirmar, com bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

A Entidade e sua patrocinadora optaram pela utilização da taxa de juros de 5,50% a.a. (cinco vírgula cinquenta por cento ao ano) na avaliação atuarial de 2017.

## PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo da patrocinadora do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que a empresa estima que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo realizado em 2015 indicou que a taxa de projeção de crescimento real de salários ao longo da carreira estava entre 2,02% a.a. e 2,86% a.a. com média convergindo para 2,43% a.a., nos três anos analisados. A hipótese de crescimento real dos salários de 2,43% a.a. foi mantida em 2017.

## FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%.

## HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se

ajuste ao perfil dos participantes dos planos de benefícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte e invalidez da massa de participantes do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, foram realizados estudos de aderência das hipóteses em 2015, que encontram-se válidos em 2017.

## REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios/institutos do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

### III - Patrimônio Social ●

Com base no Balanço do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 660.712.630,00.

De acordo com as informações prestadas pela Brasileiros para a manutenção dos títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasileiros.

### IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano ●

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

## COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2016.



	Valores em R\$
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>638.093.863,96</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>606.531.955,07</b>
◦ Benefícios Concedidos	811.791.058,81
• Contribuição Definida	0,0
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	811.791.058,81
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	668.293.411,40
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	143.497.647,41
◦ Benefícios a Conceder	3.508.709,69
• Contribuição Definida	0,0
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.508.709,69
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.533.006,11
- Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(12.148,21)
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(12.148,21)
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,0
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(0,00)
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,00)
◦ Provisão Matemática a Constituir	(208.767.813,43)
• Serviço Passado	(77.581.236,82)
- Patrocinadora	(77.581.236,82)
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
• Deficit Equacionado	(131.186.576,61)
- Patrocinadora	(131.186.576,61)
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
• Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
- Patrocinadora	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>31.561.908,89</b>
◦ Resultados Realizados	31.561.908,89
• Superavit Técnico Acumulado	31.561.908,89
• Deficit Técnico Acumulado	0,00
<b>Fundos</b>	<b>22.618.766,04</b>
◦ Fundos Previdenciais	19.210.405,14
• Fundo de Cobertura das Demandas Judiciais	19.210.405,14
◦ Fundo Administrativos	2.793.870,74
◦ Fundo de Investimentos	614.490,16

O Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados dos benefícios concedidos inclui R\$ 244.156,89, informados pela Brasiletros referentes aos benefícios devidos e não pagos dos participantes reintegrados, posicionados em 31/12/2017.

O valor de R\$77.581.236,82 correspondente ao Serviço Passado e o valor de R\$131.186.576,61 correspondente ao deficit equacionado foram informados pela Brasiletros e compõem o Contrato de Refinanciamento do Compromisso de Reservas a Amortizar firmado entre a Ampla Energia e Serviço S.A. e Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros. O saldo devedor é, atualmente, reajustado pelo INPC acrescido de taxa de juros. O contrato possui cláusula de revisão atuarial na qual os deficits registrados no plano serão acrescidos e os superavits abatidos do saldo do Contrato nas datas de 1º de janeiro dos anos subsequentes. O prazo para pagamento é de 240 meses, contados a partir de janeiro de 2002.

Em 31/12/2017 foi apurado superavit técnico de R\$ 31.561.908,89. A principal causa do superavit foi a rentabilidade do plano acima da meta atuarial (INPC + 5,50%) e a reversão de parte do Exigível Contingencial em 2017.

O Fundo de Demandas Judiciais, constituído no exercício de 2012, tem por objetivo compensar o acréscimo nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos em função da revisão do reajuste de URV, decorrente de demandas judiciais. Este fundo foi recalculado considerando a diferença apurada entre o valor das Provisões Matemáticas individuais dos participantes que terão seus benefícios revisados pelo reajuste da URV e o valor das Provisões Matemáticas individuais dos mesmos participantes considerando o valor dos benefícios na Avaliação Atuarial de 2017. De acordo com este critério, o Fundo foi recalculado em 31/10/2017 e evoluído para 31/12/2017 resultando no valor de R\$19.210.405,14.

## V - Ajuste de Precificação •

De acordo com o item 28 - A da Resolução CGPC nº 26/2008, incluído pela Resolução nº 16/2014, o valor do Ajuste de Precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,50% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O valor do ajuste de precificação informado pela Brasiletros para Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA em 31/12/2017 é positivo de valor igual a R\$ 26.379.647,90.

Demonstrativo do Ativo Líquido	Valores em R\$
Equilíbrio Técnico	31.561.908,89
Ajuste de Precificação	26.379.647,90
Equilíbrio Técnico Ajustado	57.941.556,79

Considerando a existência do Contrato de Dívida com a patrocinadora Ampla (Contrato III), foi registrado pela Willis Towers na Provisão Matemática a Constituir e incorporado ao saldo devedor do plano, apenas o ganho do exercício ao invés do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado.

Ajustando a Provisão Matemática a Constituir com o ganho atuarial apurado no exercício de 2017, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:



	Valores em R\$
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>638.093.863,96</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>638.093.863,96</b>
◦ Benefícios Concedidos	811.791.058,81
• Contribuição Definida	0,0
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	811.791.058,81
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	668.293.411,40
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	143.497.647,41
◦ Benefícios a Conceder	3.508.709,69
• Contribuição Definida	0,0
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	3.508.709,69
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	3.533.006,11
- Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(12.148,21)
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(12.148,21)
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	0,0
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras da Patrocinadora	(0,00)
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	(0,00)
◦ Provisão Matemática a Constituir	(177.205.904,54)
• Serviço Passado	(77.581.236,82)
- Patrocinadora	(77.581.236,82)
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
• Deficit Equacionado	(131.186.576,61)
- Patrocinadora	(131.186.576,61)
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
• Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	31.561.908,89
- Patrocinadora	31.561.908,89
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>0,00</b>
◦ Resultados Realizados	0,00
• Superavit Técnico Acumulado	0,00
• Deficit Técnico Acumulado	0,00
<b>Fundos</b>	<b>22.618.766,04</b>
◦ Fundos Previdenciais	19.210.405,14
• Fundo de Cobertura das Demandas Judiciais	19.210.405,14
◦ Fundo Administrativos	2.793.870,74
◦ Fundo de Investimentos	614.490,16

O valor de R\$31.561.908,89 foi alocado na conta Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias e será adicionado à conta de Deficit Equacionado, em 01/01/2018, como um ganho atuarial, conforme definido na cláusula de Revisão Atuarial do Contrato III.

## VI - Variação do Passivo Atuarial •

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado como passivo atuarial evoluído por recorrência para 31/12/2017:

	Valores em R\$		
	Exercício Encerrado em 31/12/2017	Evoluído em 31/12/2017	Variação em %
Passivo Atuarial	815.299.768,50	818.991.168,15	(0,45%)
<b>Benefícios Concedidos</b>	811.791.058,81	816.129.923,22	(0,53%)
<b>Benefícios a Conceder</b>	3.508.709,69	2.861.244,93	22,63%

As provisões matemáticas de benefícios a conceder aumentaram quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas devido ao número reduzido de participantes próximos da data da aposentadoria.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos, quando comparadas com as provisões matemáticas evoluídas, variaram dentro do esperado.

## VII - Plano de Custeio •

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, deverão ser mantidas as taxas previstas no plano de custeio para 2017. No período de abril de 2018 a março de 2019, deverão vigorar as taxas de custeio indicadas neste parecer.

A patrocinadora, os participantes ativos e assistidos deverão efetuar as contribuições resultantes da aplicação das taxas indicadas nesse parecer sobre a folha total de salário real de contribuição e folha de benefícios, respectivamente, conforme indicado abaixo:

## PATROCINADORA

A patrocinadora deverá efetuar as contribuições normais, que correspondem, em média, a 3,02% da folha total de salário real de contribuição.

Além das contribuições normais, definidas acima, a AMPLA deverá efetuar 12 contribuições mensais extraordinárias para amortização da Provisão Matemática a constituir, que serão revistas em 01/04/2018, considerando os ganhos ou perdas atuariais apurados no exercício que serão adicionados ao saldo do contrato, conforme contrato de confissão de dívida firmado entre a AMPLA e Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros.



## PARTICIPANTES ATIVOS

Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até ½ Teto de Contribuição da Previdência Social	1,75%
Entre ½ Teto de Contribuição da Previdência Social e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,50%
Entre 1 Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição de Previdência Social	7,50%
Acima de 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição da Previdência Social	10,00%

Os participantes deverão efetuar as contribuições normais definidas no regulamento do plano de acordo com a tabela acima, que correspondem, em média, a 3,02% da folha total de salário real de contribuição.

Além das contribuições normais definidas acima, os participantes ativos deverão efetuar contribuições

extraordinárias no valor de 1,10% dos seus salários de contribuição para cobertura de 50% do aumento nos valores dos benefícios da Entidade em decorrência do disposto na Lei nº 9.876 de 29/11/1999, que alterou as regras de cálculo do benefício concedido pela Previdência Social, instituindo o fator previdenciário.

## PARTICIPANTES ASSISTIDOS

Parcela do salário real de contribuição	Taxas
Até ½ Teto de Contribuição da Previdência Social	1,75%
Entre ½ Teto de Contribuição da Previdência Social e 1 Teto de Contribuição da Previdência Social	4,50%
Entre 1 Teto de Contribuição da Previdência Social e 3 vezes o Valor do Teto de Contribuição de Previdência Social	7,50%
Acima de 3 vezes o Teto de contribuição da Previdência Social	10,00%

Os participantes assistidos deverão efetuar as contribuições normais definidas no regulamento do plano, de acordo com a tabela acima, que correspondem em média, a 3,24% da folha total de benefícios dos participantes.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas para o exercício de 2018, no valor R\$ 2.905.658,00 deverão ser pagas pela patrocinadora em 13 parcelas, conforme orçamento informado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros.

## AUTOPATROCINADOS

Não há participantes autopatrocinados em 2017.

## VIII - Conclusão ●

Face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros, informamos que o plano encontra-se em conformidade com os princípios geralmente aceitos e financeiramente equilibrado, uma vez que além das contribuições normais, a patrocinadora efetua contribuições extraordinárias para equacionamento da Provisão Matemática a Constituir - Deficit Equacionado, conforme Contrato III.

Este parecer atuarial foi elaborado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Brasiletros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

### Willis Towers Watson

Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2018

*Adriana Gomes Rodrigues*

Adriana Gomes Rodrigues  
MIBA nº992

*Samantha Jimenez Redig*

Samantha Jimenez Redig  
MIBA nº 2.120



# PARECER ATUARIAL PACV ●

Para fins da avaliação atuarial referente ao exercício de 2017 do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros, utilizamos o cadastro de dados individuais fornecido pela entidade posicionado em 30/09/2017.

As empresas patrocinadoras do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV são: AMPLA - Energia e Serviços S.A., Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros e ENEL Brasil S.A.

Os resultados da avaliação atuarial estão posicionados em 31/12/2017.

Após a análise detalhada desses dados e correções feitas pela entidade, verificamos que os mesmos estavam suficientemente completos, não havendo necessidade de qualquer ajuste para realização da avaliação atuarial.

A responsabilidade sobre a veracidade e completude das informações prestadas é inteiramente das patrocinadoras, da Brasiletros e de seus representantes legais, não cabendo ao atuário qualquer responsabilidade sobre as informações prestadas.

As patrocinadoras são solidárias entre si no que concerne às obrigações referentes à cobertura de benefícios oferecidos pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros aos participantes e respectivos beneficiários do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV.

A avaliação atuarial à qual se refere este parecer reflete o regulamento vigente aprovado pela Portaria SPC nº 490, de 16/09/2013, publicada no D.O.U de 17/09/2013.

## I - Estatísticas ●

Benefícios a Conceder	30/09/2017
<b>Participantes ativos (considerando os autopatrocinados)</b>	
Número	1.001
Idade média (em anos)	40
Tempo de serviço médio (em anos)	13
<b>Participantes em aguardo de benefício proporcional</b>	
Número	153

Benefícios Concedidos	30/09/2017
Número de aposentados válidos	479
Idade média (em anos)	65
Valor médio do benefício	2.587
Número de aposentados inválidos	38
Idade média (em anos)	61

Benefícios Concedidos	30/09/2017
Valor médio do benefício	1.287
Número de pensionistas (grupos familiares)	68
Idade média (em anos)	65
Valor médio do benefício	850

## II - Hipóteses e Métodos Atuariais ●

O conjunto de hipóteses e métodos atuariais adotados nos cálculos atuariais resultou de um processo de interação entre a Willis Towers Watson e a Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros e contam com o aval das patrocinadoras do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, conforme determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015.

Para a apuração das provisões matemáticas e custos foram utilizadas as seguintes hipóteses e métodos atuariais:

Hipóteses Econômicas e Financeiras	2017
Taxa real anual de juros	5,50% a.a.
Projeção do crescimento real de salário	2,43% a.a.
Projeção do crescimento real dos benefícios do plano	0,0% a.a.
<b>Fator de determinação do valor real ao longo do tempo</b>	
Salários	98%
Benefícios do plano	98%

Hipóteses Biométricas e Demográficas	2017
Tábua de Mortalidade Geral	AT-2000 Basic <sup>1</sup>
Tábua de Mortalidade de Inválidos	RRB-1983
Tábua de Entrada de Invalidez	Light Média
Tábua de Rotatividade	Experiência Brasiletros 2013-2015

<sup>1</sup> Segregada por sexo

Outras hipóteses	2017
Probabilidade de aposentadoria	100% na primeira elegibilidade ao benefício integral
<b>Composição familiar</b>	
• Benefícios concedidos	<b>Aposentados:</b> cônjuge/ dependente vitalício informado <b>Pensionista:</b> Composição familiar informada
• Benefícios a conceder	Mulher 4 anos mais nova que o homem
• Cônjuge	95%
• Probabilidade de casados na aposentadoria	

Foram realizados, em outubro de 2015, pela Willis Towers Watson, estudos de aderência das hipóteses para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/2006 e na Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez, rotatividade, mortalidade de inválidos, taxa de crescimento real dos salários e taxa real de juros.

Os estudos realizados em 2015 possuem validade de três anos, com exceção da taxa real anual de juros, cujo estudo tem validade de um ano. As hipóteses apontadas neste estudo foram mantidas em 2017.

O estudo da taxa real anual de juros foi realizado em outubro de 2017 e aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e atestado pelo Conselho Fiscal.

A seguir descrevemos algumas razões para a seleção das principais hipóteses.

## TAXA REAL ANUAL DE JUROS

A taxa real anual de juros, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006 e a Instrução nº 23 de 26/06/2015, deve ser justificada pela entidade fechada de previdência complementar com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

A Willis Towers Watson foi contratada pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros para desenvolver tal estudo utilizando os fluxos futuros e pagamento de benefícios líquido de receitas de contribuições do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, elaborados em 2016.

O resultado do estudo de aderência e adequação da taxa real de juros, considerando a distribuição da rentabilidade real líquida projetada para o plano supracitado, indicou significativa capacidade de renta-

bilização dos ativos a 5,20% a.a. na média. A TIR da carteira classificada como "mantida até o vencimento" é de 5,82% a.a.

Quando apurada a TIR dos passivos, obteve-se, com intervalo de confiança de 60% (sessenta por cento), suporte para a adoção da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV. Essa taxa está dentro do intervalo indicado pela Portaria Previc nº 375 para esse plano (limite inferior: 4,38% e limite superior: 6,65%). Assim, pode-se afirmar, com bom nível de confiabilidade estatística a aderência da taxa real de juros de 5,50% a.a. para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, condição que sinaliza a cobertura da taxa real de juros frente a taxa de retorno real esperada dos recursos garantidores.

A Entidade e suas patrocinadoras optaram portanto, pela manutenção da taxa de juros de 5,50% a.a. (cinco vírgula cinquenta por cento ao ano), na avaliação atuarial de 2017.

## PROJEÇÃO DO CRESCIMENTO REAL DE SALÁRIO

A taxa de crescimento salarial deve ser baseada na política de recursos humanos de longo prazo da patrocinadora do plano de benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que a empresa estima que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

O estudo realizado em 2015 indicou que a taxa de projeção de crescimento real de salários ao longo da carreira estava entre 2,02% a.a. e 2,86% a.a. com média convergindo para 2,43% a.a., nos três anos analisados. A hipótese de crescimento real dos salários de 2,43% a.a. foi mantida em 2017.

## FATOR DE DETERMINAÇÃO DO VALOR REAL AO LONGO DO TEMPO

Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 98% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 4,5%.

## HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS

As tábuas biométricas e demográficas são instrumentos que permitem medir as probabilidades de ocorrências de eventos, como morte, invalidez e desligamento de uma população em função da idade e do sexo.

Essas tábuas são selecionadas dentre um conjunto de tábuas geralmente aceitas no Brasil para a avaliação dos compromissos com benefícios de longo prazo.

A escolha da tábua de mortalidade que melhor se ajuste ao perfil dos participantes dos planos de bene-

fícios tem sido um assunto amplamente discutido nos últimos anos pelas empresas. Atualmente não existem tábuas brasileiras que representem a mortalidade de participantes dos fundos de pensão no Brasil.

Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, foram realizados estudos de aderência das hipóteses em 2015, que encontram-se válidos em 2017.

## REGIME FINANCEIRO E MÉTODOS ATUARIAIS

Os benefícios/institutos do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV são avaliados pelo regime financeiro de Capitalização e pelo método Agregado.

## COMENTÁRIOS SOBRE MÉTODOS ATUARIAIS

O método de financiamento é adequado à natureza do plano e atende ao limite mínimo estabelecido no item 6 do Regulamento anexo a Resolução CGPC nº 18, de 28/3/2006.

Na presente avaliação foi mantido o regime financeiro e o método atuarial utilizados na avaliação atuarial de 2016.

### III - Patrimônio Social ●

Com base no Balanço do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV de 31 de dezembro de 2017, o Patrimônio Social é de R\$ 324.572.843,51.

De acordo com as informações prestadas pela Brasiletros para a manutenção dos títulos mantidos até o vencimento (marcados na curva), o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV possui instrumentos de controle que permitem gerenciar o monitoramento da capacidade de atendimento das necessidades de liquidez em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações do plano e do perfil do exigível atuarial do Plano de Benefícios, conforme determina a Resolução CGPC nº 04/2002.

A Willis Towers Watson não efetuou qualquer análise sobre a qualidade dos ativos que compõem o Patrimônio Social do plano de benefícios ora avaliado tendo se baseado na informação fornecida pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasiletros.

### IV - Patrimônio de Cobertura, Provisões e Fundos do Plano ●

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, certificamos que a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:



	Valores em R\$
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>318.362.187,89</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>306.700.420,08</b>
◦ Benefícios Concedidos	214.873.362,27
• Contribuição Definida	1.175.809,93
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	213.697.552,34
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	198.200.218,06
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	15.497.334,28
◦ Benefícios a Conceder	174.678.311,83
• Contribuição Definida	160.702.600,62
- Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	86.075.345,41
- Saldo de Contas - Parcela Participantes	74.627.255,21
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	12.734.388,78
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	12.734.388,78
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.241.322,43
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.241.322,43
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
◦ Provisão Matemática a Constituir	(82.851.254,02)
• Serviço Passado	0,00
• Deficit Equacionado	(82.851.254,02)
- Patrocinadores	(82.851.254,02)
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
• Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	0,00
- Patrocinadores	0,00
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>11.661.767,81</b>
◦ Resultados Realizados	11.661.767,81
• Superavit Técnico Acumulado	11.661.767,81
• Deficit Técnico Acumulado	0,00
<b>Fundos</b>	<b>6.210.655,62</b>
◦ Fundos Previdenciais	1.933.459,54
• Reversão de Saldo por exigência Regulamentar	1.059.795,92
• Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco	873.663,62
◦ Fundo Administrativo	4.119.072,09
◦ Fundo de Investimento	158.123,99

O valor das Provisões Matemáticas a Constituir alocado na conta Deficit Equacionado de R\$82.851.254,02 foi informado pela Brasileiros, conforme definido nos contratos de confissão de dívida e no Plano de Equacionamento de Deficit.

Deste valor, R\$8.600.965,11 corresponde ao saldo remanescente, em 31/12/2017, do Contrato de Financiamento do acréscimo nas provisões matemáticas do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, para compensação do efeito da alteração da hipótese de crescimento real dos benefícios de -1,5% a.a. para 0% a.a., em decorrência da determinação da Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, referente aos participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ, firmado em 30/04/2013 e os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEEN, firmado em 07/08/2012. Este valor deverá ser integralizado pela patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A..

Outros R\$73.663.880,79 correspondem ao montante necessário, em 31/12/2017, para equacionar o resultado deficitário do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV apurado em 31/12/2014, de responsabilidade da patrocinadora AMPLA, conforme contrato de confissão de dívida firmado em 30/01/2015 entre a mesma e a Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasileiros.

Os R\$586.408,12 restantes correspondem ao montante necessário, em 31/12/2017, para equacionar o resultado deficitário do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV apurado em 31/12/2014, de responsabilidade das patrocinadoras ENEL e Brasileiros, sendo R\$321.349,30 referente à patrocina-

dora Enel e R\$265.058,82 referente à patrocinadora Brasileiros, conforme Plano de Equacionamento do Deficit aprovado pelo Conselho Deliberativo.

O valor total alocado na conta Deficit Equacionado será ajustado mensalmente pelo índice INPC, acrescido da taxa de juros e amortizado mediante o pagamento de contribuições extraordinárias à Brasileiros pelas patrocinadoras Ampla Energia e Serviços S.A., Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros e ENEL Brasil S.A.. O valor das prestações de amortização serão revistas ao final de cada exercício, em função dos eventuais ganhos ou perdas observadas nas avaliações atuariais.

Em 31/12/2017 foi apurado um superavit técnico de R\$ 11.661.767,81. A principal causa do superavit foi a rentabilidade do plano acima da meta atuarial (INPC + 5,50%).

O Fundo de Reversão de Contribuição encontra-se registrado na Conta Fundo Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar, conforme Plano de Contas, e é constituído com a parcela do Saldo de conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de benefícios e institutos. Os valores serão destinados pelo Conselho Deliberativo e deverão estar embasados no Plano de Custeio Anual e Parecer do Atuário, além de observar os dispositivos legais vigentes.

O Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco é constituído com o excesso acumulado na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte do Ativo em relação ao Valor Presente dos Benefícios correspondentes. O Fundo será incrementado com os ganhos e perdas atuariais.

## V - Ajuste de Precificação •

De acordo com o artigo nº 28 - A da Resolução CGPC nº 26/2008, incluído pela Resolução nº 16/2014, o valor do Ajuste de Precificação, positivo ou negativo, será acrescido ou deduzido, respectivamente, para fins de equacionamento de deficit.

O valor do Ajuste de Precificação corresponde à diferença entre o valor dos títulos públicos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,50% a.a.), e o valor contábil desses títulos.

O valor do ajuste de precificação informado pela Brasileiros para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV em 31/12/2017 é positivo de valor igual a R\$ 2.075.716,80.

Demonstrativo do Ativo Líquido	Valores em R\$
Equilíbrio Técnico	11.661.767,81
Ajuste de Precificação	2.075.716,80
Equilíbrio Técnico Ajustado	13.737.484,61

Considerando a existência do Contrato de Dívida e Plano de Equacionamento de Deficit, foi registrado pela Willis Towers Watson na Provisão Matemática a Constituir e incorporado ao saldo devedor do plano, apenas o ganho do exercício ao invés do Equilíbrio Técnico Ajustado apurado.

O ganho de R\$11.661.767,81 foi proporcionalizado entre as patrocinadoras, identificando a parte de cada uma. A proporção considera para os benefícios concedidos a parcela de benefício definido do plano e para os benefícios a conceder os saldos com garantia de renda vitalícia. Seguem os valores das patrocinadoras no quadro abaixo:

Patrocinadoras	Ampla	Enel	Brasileiros	Total
Total	11.475.310,35	87.569,46	98.888,00	11.661.767,81

A parcela de responsabilidade da patrocinadora AMPLA será tratada com um ganho atuarial, conforme definido no contrato de confissão de dívida, com revisão atuarial, firmado em 2014 entre a AMPLA e a Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros.

As parcelas referentes às patrocinadoras ENEL e Brasileiros serão utilizada para reduzir o saldo devedor dos Planos de Equacionamento de Deficit de suas responsabilidades.

Ajustando a Provisão Matemática a Constituir com o ganho atuarial ocorrido no exercício de 2017, a composição do Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões e dos Fundos em 31 de dezembro de 2017 é a seguinte:

	Valores em R\$
<b>Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>318.362.187,89</b>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>318.362.187,89</b>
◦ Benefícios Concedidos	214.873.362,27
• Contribuição Definida	1.175.809,93
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização	213.697.552,34
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	198.200.218,06
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	15.497.334,28
◦ Benefícios a Conceder	174.678.311,83
• Contribuição Definida	160.702.600,62
- Saldo de Contas - Parcela Patrocinadores	86.075.345,41
- Saldo de Contas - Parcela Participantes	74.627.255,21
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Programado	12.734.388,78
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Programados	12.734.388,78
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
• Benefício Definido Estruturado em Regime de Capitalização Não Programado	1.241.322,43
- Valor Atual dos Benefícios Futuros Não Programados	1.241.322,43
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Patrocinadores	0,00
- Valor Atual das Contribuições Futuras dos Participantes	0,00
◦ Provisão Matemática a Constituir	(71.189.486,21)
• Serviço Passado	0,00
• Deficit Equacionado	(82.851.254,02)
- Patrocinadores	(82.851.254,02)
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
• Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias	11.661.767,81
- Patrocinadores	11.661.767,81
- Participantes	0,00
- Assistidos	0,00
<b>Equilíbrio Técnico</b>	<b>0,00</b>
◦ Resultados Realizados	0,00
• Superavit Técnico Acumulado	0,00
• Deficit Técnico Acumulado	0,00
<b>Fundos</b>	<b>6.210.655,62</b>
◦ Fundos Previdenciais	1.933.459,54
• Reversão de Saldo por exigência Regulamentar	1.059.795,92
• Fundo de Cobertura da Conta Coletiva de Risco	873.663,62
◦ Fundo Administrativo	4.119.072,09
◦ Fundo de Investimento	158.123,99

O valor de R\$11.661.767,81 foi alocado na conta Por Ajustes das Contribuições Extraordinárias e será adicionado à conta de Deficit Equacionado, em 01/01/2018, como um ganho atuarial, conforme definido em Contrato de Confissão de Dívida e Plano de Equacionamento de Deficit.



## VI – Variação do Passivo Atuarial •

O quadro abaixo apresenta um resumo do passivo atuarial encerrado em 31/12/2017 comparado como passivo atuarial evoluído por recorrência para 31/12/2017:

Valores em R\$			
	Exercício Encerrado em 31/12/2017	Evoluído em 31/12/2017	Variação em %
Passivo Atuarial	389.551.674,10	392.319.614,88	(0,71%)
Benefícios Concedidos	214.873.362,27	217.650.530,39	(1,28%)
Benefícios a Conceder	174.678.311,83	174.669.084,48	0,01%

Convém ressaltar que apenas 0,71% (R\$1.241.322,43) do Passivo Atuarial de Benefícios a Conceder de R\$ 174.678.311,83 é atuarialmente determinado com base nas hipóteses e métodos anteriormente indicados, pois corresponde à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder relativa aos benefícios de risco. Os 99,29% restantes (R\$ 173.436.989,40) são provenientes dos saldos de conta formados pelas contribuições dos participantes e do patrocinador e do saldo de conta correspondente à compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real de Benefício dos participantes que ainda não estão em gozo de benefício, cujas informações são de inteira responsabilidade da Brasiletros.

Do Passivo Atuarial de Benefícios Concedidos (R\$214.873.362,27), 99,45% é atuarialmente determinado com base nas hipóteses indicadas e corresponde à parcela das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos relativa às rendas vitalícias.

Considerando que a variação entre o passivo atuarial evoluído e o passivo atuarial reavaliado foi menor que 1%, entendemos que o passivo variou dentro do esperado.

## VII – Plano de Custeio •

De acordo com a Lei Complementar nº 109/2001, o patrocinador e os participantes ativos deverão efetuar as contribuições resultantes das aplicações das taxas de custeio indicadas neste parecer sobre os salários de participação.

Nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2018, deverão ser mantidas as contribuições equivalentes a aplicação das taxas previstas no plano de custeio de 2017 sobre os salários reais de contribuição e no período de abril de 2018 a março de 2019 deverão vigorar as novas taxas de custeio, conforme indicado abaixo:

## PATROCINADORAS

### Contribuições Normais

Devido à existência de recursos suficientes na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte do Ativo, não há custo atuarial previsto para este componente.

As patrocinadoras deverão efetuar as contribuições normais definidas no item B.5.2 do regulamento do plano, estimadas em 4,43% da folha de salário real de contribuição de todos os participantes ativos não elegíveis.

### Contribuições Extraordinárias

#### PATROCINADORA AMPLA

##### • Contrato Campos e Niterói

A patrocinadora AMPLA deverá efetuar a contribuição extraordinária, apurada em 31/12/2017, equivalente a 2,35% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, para compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real

de Benefício, conforme Contrato de Financiamento do acréscimo nas provisões matemáticas do Plano de Contribuição Variável – PACV.

##### • Contrato Deficit Equacionado

A parcela do deficit equacionado atribuível à patrocinadora AMPLA corresponde a R\$62.188.570,44, em 31/12/2017, sendo R\$73.663.880,79 referente ao deficit equacionado evoluído para 31/12/2017 e R\$11.475.310,35 referente ao ganho atuarial apurado em 2017.

Para amortização deste deficit, a AMPLA deverá efetuar a contribuição extraordinária, apurada em 31/12/2017, no valor de R\$7.039.942,29, equivalente a 8,66% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, conforme estabelecido em contrato de confissão de dívida firmado entre a AMPLA e a Fundação AMPLA de Seguridade Social – Brasiletros.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar será utilizado para pagamento desta contribuição extraordinária, enquanto houver recursos.

#### PATROCINADORA BRASILETROS

A parcela do deficit equacionado atribuível à patrocinadora BRASILETROS é de R\$166.170,82, em 31/12/2017, sendo R\$265.058,82 referente ao deficit equacionado evoluído para 31/12/2017 e R\$98.888,00 referente ao ganho atuarial apurado em 2017.

Para amortização deste deficit, a Brasiletros deverá efetuar a contribuição extraordinária no valor de R\$18.811,06, que equivale a 0,78% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, conforme estabelecido no Plano de Equacionamento do Deficit.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar será utilizado para pagamento desta contribuição extraordinária, enquanto houver recursos.

#### PATROCINADORA ENEL

A parcela do deficit equacionado atribuível à patrocinadora ENEL é de R\$233.779,84 em 31/12/2017, sendo R\$321.349,30 referente ao deficit equacionado evoluído para 31/12/2017 e R\$87.569,46 referente ao ganho atuarial apurado em 2017.

Para amortização deste deficit, a ENEL deverá efetuar a contribuição extraordinária no valor de R\$26.464,62, que equivale a 0,32% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, conforme estabelecido no Plano de Equacionamento do Deficit.

O Fundo de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar será utilizado para pagamento desta contribuição extraordinária, enquanto houver recursos.

## PARTICIPANTES

Os participantes deverão efetuar as contribuições normais definidas no item B.5.1 regulamento do plano, estimadas em 5,23% do seu salário.

## DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Conforme orçamento informado pela Fundação Brasiletros, as despesas administrativas de 2018 em valor equivalente a R\$1.399.019,00 serão custeadas através das contribuições de 1,52% da folha de salário real de contribuição de participantes ativos não elegíveis.

## AUTOPATROCINADOS

O participante autopatrocinado, assume, além da sua contribuição normal, as despesas administrativas de 1,52% do seu salário real de contribuição.



## VI - Conclusão •

face ao exposto, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, administrado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasileiros, informamos que o plano encontra-se em conformidade com os princípios geralmente aceitos e financeiramente equilibrado, uma vez que além das contribuições normais, as patrocinadoras efetuaram contribuições extraordinárias para equacionamento da Provisão Matemática a Constituir - Deficit Equacionado, conforme Contrato de dívida e Plano de Equacionamento de Deficit.

Este parecer atuarial foi elaborado pela Fundação AMPLA de Seguridade Social - Brasileiros com o propósito de apresentar os resultados da avaliação atuarial em 31/12/2017. Este documento não se destina ou deve ser utilizado para outros fins. Qualquer outro destinatário será considerado como tendo concordado que a Willis Towers Watson tem responsabilidade apenas com a Brasileiros em relação a todas as questões relativas a este documento, e se basear neste documento não resultará na criação de qualquer direito ou responsabilidade pela Willis Towers Watson para tal destinatário.

### Willis Towers Watson

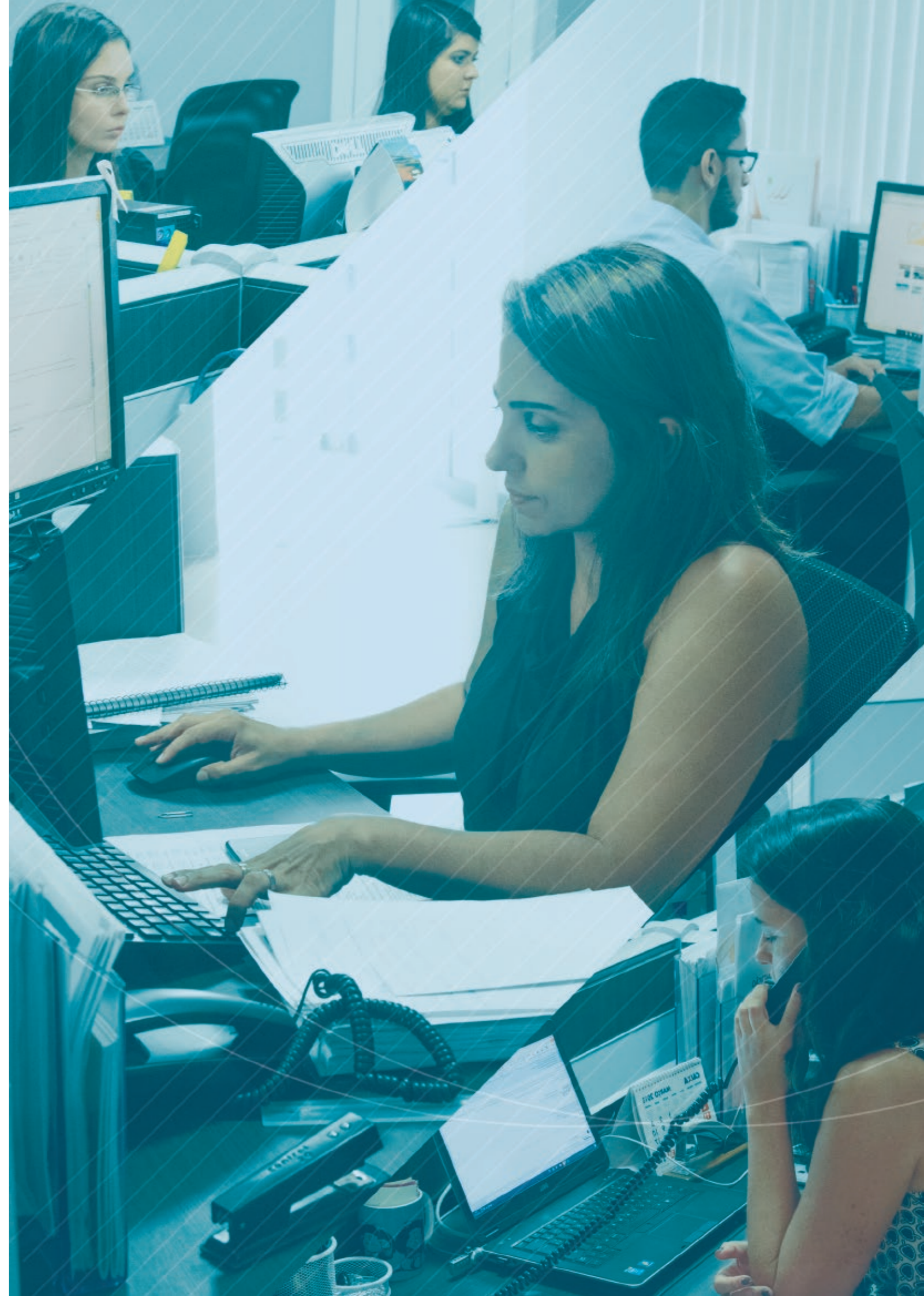
Rio de Janeiro, 01 de fevereiro de 2018

*Adriana Gomes Rodrigues*

Adriana Gomes Rodrigues  
MIBA nº 992

*Samantha Jimenez Redig*

Samantha Jimenez Redig  
MIBA nº 2.120





# DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**"Grandes resultados  
requerem grandes ambições."**

Heráclito





# DIRETORIA DE INVESTIMENTOS, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS ●



Daniela dos Santos  
Oliveira H. de Melo ●



## Eficiência e concretização de uma nova política

O ano de 2017 foi gratificante para a Diretoria de Investimentos, Administração e Finanças, pois conseguimos colher os frutos de um trabalho que vem sendo construído desde 2015. Impusemo-nos metas desafiadoras, as quais, com orgulho, atingimos. E isso foi possível por termos uma equipe competente e comprometida.

À frente dos investimentos, atuamos ao longo desses anos de forma estratégica, otimizando a carteira, reduzindo o número de gestores externos, organizando os processos, aumentando o controle e planejando bem as ações que vieram a dar frutos efetivos no ano passado. Em 2017, os investimentos deram uma contribuição expressiva, que somada à reversão do passivo judicial e à redução da reserva atuarial resultaram em um superávit de R\$31,5 milhões no PCA e R\$11,6 milhões no PACV. O cenário econômico foi positivo em 2017 e ajudou nesses resultados, mas estávamos preparados para capturar o bom momento do mercado.

Com foco em eficiência, entregamos rentabilidade, selecionamos excelentes gestores, reduzimos custos sem perder qualidade nos serviços, escolhemos bem parceiros e prestadores de serviços. Junto, isso trouxe o equilíbrio necessário para atingimento dos nossos objetivos.

Além de tudo isso, em 2017 tivemos que conviver com a implantação do sistema integrado, envolvendo todas as áreas e funcionários. Tínhamos o desafio

de manter o ritmo para as demais metas traçadas e para as atividades chaves da Fundação. Conseguimos em tempo recorde colocar em funcionamento toda a parte financeira e já usufruir os ganhos desta melhoria nos procedimentos de fechamento do ano e nos trabalhos com a auditoria externa.

Enfim, destaco algumas realizações que considero pilares deste bom desempenho no ano: realizamos três processos de seleção e contratação de gestores de fundos, que se destacam com um trabalho e performance diferenciados; a implantação do sistema integrado que vem dar o suporte para um trabalho cada vez mais eficiente; e, o controle e acompanhamento permanente do desempenho dos investimentos, como por exemplo, no caso específico de um fundo de Participações em que tivemos atuação decisiva para reverter uma situação desfavorável para o patrimônio da Fundação. Faremos isso continuamente, buscando proteger e rentabilizar o patrimônio da Fundação para o cumprimento dos seus compromissos junto aos seus participantes.

Foi um ano de muito trabalho, mas chegamos ao ponto de equilíbrio em que a visão estratégica da diretoria tanto para a excelência operacional como para os resultados financeiros garantem a sustentabilidade da Fundação. Agora, precisamos buscar caminhos de aperfeiçoamento constante para manter ou superar este nível de desempenho. Que venha 2018!

“ Foi um ano de muito trabalho, mas chegamos ao ponto de equilíbrio em que a visão estratégica da diretoria tanto para a excelência operacional como para os resultados financeiros garantem a sustentabilidade da Fundação. ”



# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

As Políticas de Investimentos dos Planos PCA (BD - Benefício Definido), PACV (CV - Contribuição Variável) e do PGA (Plano de Gestão Administrativa) têm por objetivo direcionar a gestão dos investimentos.

## PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA - PCA

### DOS LIMITES

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites		Total
			Inferior	Superior	
Renda Fixa	100%	86,30%	73,50%		100,00%
Renda Variável	70%	6,40%	0,00%		10,00%
Investimentos Estruturados	20%	5,50%	0,00%		5,50%
Imóveis	8%	1,50%	0,00%		8,00%
Operações com Participantes	15%	0,30%	0,00%		3,00%

### TAXA MÍNIMA ATUARIAL/META DE RENTABILIDADE

Plano / Segmento	Meta Atuarial
PCA	INPC + 5,50%
Renda Fixa	INPC + 5,50%
Renda Variável	IBrX
Investimentos Estruturados	INPC + 5,50%
Imóveis	INPC + 5,50%
Operações com Participantes	INPC + 5,50%

## PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

### DOS LIMITES

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites		Total
			Inferior	Superior	
Renda Fixa	100%	73,10%	67,10%		100,00%
Renda Variável	70%	14,20%	0,00%		18,00%
Investimentos Estruturados	20%	6,40%	0,00%		6,40%
Investimentos no Exterior	10%	5,50%	0,00%		5,50%
Operações com Participantes	15%	0,80%	0,00%		3,00%

### ÍNDICE DE REFERÊNCIA/META DE RENTABILIDADE

Plano / Segmento	Índice de Referência
PACV	INPC + 5,50%
Renda Fixa	INPC + 5,50%
Renda Variável	IBrX
Investimentos Estruturados	INPC + 5,50%
Investimentos no Exterior	MSCI WORLD INDEX (em reais)
Operações com Participantes	INPC + 5,50%

## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

### DOS LIMITES

Segmento	Limite Legal	Alocação Objetivo	Limites		Total
			Inferior	Superior	
Renda Fixa	100%	100%	100%		100%

### ÍNDICE DE REFERÊNCIA/META DE RENTABILIDADE

Plano / Segmento	Índice de Referência
PGA	103% CDI
Renda Fixa	103% CDI

# ALOCAÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DOS PLANOS

## ALOCAÇÃO POR SEGMENTO - PCA | 2017

Segmentos	Alocação		PI (*)	PI
	R\$ mil	%	%	%
Renda Fixa	550.164	72,97%	72,30%	86,30%
Renda Variável	53.154	7,05%	6,40%	6,40%
Investimentos Estruturados	41.933	5,56%	5,50%	5,50%
Imóveis	106.234	14,09%	15,50%	1,50%
Operações com Participantes	2.459	0,33%	0,30%	0,30%
<b>TOTAL</b>	<b>753.944</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

(\*) PI Gerencial - sem a alienação dos imóveis em 2017

## ALOCAÇÃO POR SEGMENTO - PACV | 2017

Segmentos	Alocação		PI
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	249.670	78,33%	73,10%
Renda Variável	46.265	14,51%	14,20%
Investimentos Estruturados	20.796	6,52%	6,40%
Investimentos no Exterior	-	0,00%	5,50%
Operações com Participantes	2.030	0,64%	0,80%
<b>TOTAL</b>	<b>318.761</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

## ALOCAÇÃO POR SEGMENTO - PGA | 2017

Segmentos	Alocação		PI
	R\$ mil	%	%
Renda Fixa	7.228	100,00%	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>7.228</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

# FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Com base nas diretrizes dadas pelas Políticas de Investimentos dos Planos, apresentamos os resultados do período. Dentro dos segmentos, indicamos os fundos pertencentes e apresentamos suas performances. Em seguida, abrimos as taxas administrativas por fundo investido em cada plano.

## PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DA APOSENTADORIA - PCA

Segmentos	Fundos	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
RENDA FIXA	BRANCO FI ENERGIA RF	443.403	9,42%
	FIM FUNBR	105.438	10,13%
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	148	<b>-81,04%</b>
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	1.170	9,81%
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	5	5,65%
	<b>Total Renda Fixa</b>		<b>550.164</b>
RENDA VARIÁVEL	KINEA PIPE FIA	6.028	39,57%
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	3.374	30,53%
	NEO NAVITAS FIC FIA (*)	11.221	22,96%
	OCEANA SELECTION FIC FIA (*)	32.532	18,80%
<b>Total Renda Variável</b>		<b>53.154</b>	<b>36,87%</b>
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP	7.094	17,27%
	FIC FIM GARDE DUMAS (**)	24.355	2,94%
	AZ QUEST MULTI FIC FIM (**)	10.484	3,40%
<b>Total Investimentos Estruturados</b>		<b>41.933</b>	<b>4,18%</b>
IMÓVEIS	NITERÓI	95.165	1,89%
	PETRÓPOLIS	6.337	0,65%
	MAGÉ	4.731	31,32%
	<b>Total Imóveis</b>		<b>106.234</b>



OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	<b>Total Operações com Participantes</b>	2.459	16,20%
<b>TOTAL</b>		<b>753.944</b>	<b>9,65%</b>

(\*) Fundos investidos em junho de 2017

(\*\*) Fundos investidos em agosto de 2017

### PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Segmentos	Fundos	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
RENDA FIXA	BRASIL PLURAL FI ENERGIE RF	118.290	9,07%
	FIM FUNBR	76.428	10,14%
	FI PCALM RF	54.853	12,77%
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	98	<b>-81,04%</b>
<b>Total Renda Fixa</b>		<b>249.670</b>	<b>10,01%</b>
RENDA VARIÁVEL	KINEA PIPE FIA	4.274	39,57%
	SUL AMÉRICA EXPERTISE FIA	169	3,04%
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	2.393	30,53%
	NEO NAVITAS FIC FIA (*)	10.133	22,96%
	OCEANA SELECTION FIC FIA (*)	29.296	18,80%
	ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA (***)	-	1,16%
	BRASIL PLURAL FICFIA (***)	-	1,24%
	BRADESCO FIA ENERGIA (***)	-	16,12%
<b>Total Renda Variável</b>		<b>46.265</b>	<b>23,42%</b>
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP	4.729	17,27%
	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII	399	11,95%
	FIC FIM GARDE DUMAS (**)	10.952	2,94%
	AZ QUEST MULTI FIC FIM (**)	4.715	3,40%
<b>Total Investimentos Estruturados</b>		<b>20.796</b>	<b>4,44%</b>
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	<b>Total Operações com Participantes</b>	2.030	16,24%
<b>TOTAL</b>		<b>318.761</b>	<b>12,16%</b>

(\*) Fundos investidos em junho de 2017

(\*\*) Fundos investidos em agosto de 2017

(\*\*\*) Fundos resgatados em 2017

### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Segmentos	Fundos	R\$ mil	Rentabilidade Acumulada
RENDA FIXA	FIM FUNBR	7.228	10,14%
	<b>Total Renda Fixa</b>	<b>7.228</b>	<b>10,14%</b>

### TAXAS ADMINISTRATIVAS - PCA

Segmentos	Fundos	Tx. Administração/Gestão % a.a.
RENDA FIXA	BRADESCO FI ENERGIA RF	0,05
	FIM FUNBR	0,11
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	0,00
	FI CAIXA INSTITUCIONAL TÍTULO PÚBLICO RF LP	0,10
	ITAÚ FEDERAL PROVISION CP FIC	2,75
RENDA VARIÁVEL	KINEA PIPE FIA	1,50
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	1,50
	NEO NAVITAS FIC FIA	1,30
	OCEANA SELECTION FIC FIA	2,00
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP	1,10
	FIC FIM GARDE DUMAS	1,89
	AZ QUEST MULTI FIC FIM	1,50

## TAXAS ADMINISTRATIVAS - PACV

Segmentos	Fundos	Tx. Administração/ Gestão % a.a.
RENDA FIXA	BP FI ENERGIE RF	0,05
	FIM FUNBR	0,11
	FI PCALM RF	0,21
	BTG EMISSÕES PRIMÁRIAS II FI RF CP	0,00
RENDA VARIÁVEL	KINEA PIPE FIA	1,50
	SUL AMÉRICA EXPERTISE FIA	0,90
	SUL AMÉRICA EXPERTISE II FIA	1,50
	NEO NAVITAS FIC FIA	1,30
	OCEANA SELECTION FIC FIA	2,00
	<b>BRADESCO FIA ENERGIA (*)</b>	<b>0,25</b>
	<b>ICATU VANGUARDA DIVIDENDOS FIA (*)</b>	<b>1,00</b>
	<b>BRASIL PLURAL FICFIA (*)</b>	<b>3,00</b>
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	BRASIL ENERGIA RENOVÁVEL FIP	1,10
	RB CAPITAL DESEN RESIDENCIAL II FII	2,00
	FIC FIM GARDE DUMAS	1,89
	AZ QUEST MULTI FIC FIM	1,50

(\*) Fundos resgatados ao longo do exercício de 2017

## TAXAS ADMINISTRATIVAS - PGA

Segmentos	Fundos	Tx. Administração/ Gestão % a.a.
RENDA FIXA	FIM FUNBR	0,11

## DESPEAS DOS INVESTIMENTOS 2017

Despesas dos Investimentos	PCA	PACV	PGA	Total	Part %
<b>Internas</b>	<b>2.624.191</b>	<b>591.701</b>	<b>-</b>	<b>3.215.892</b>	<b>69,02%</b>
Gestão dos Investimentos	2.353.532	591.701	-	2.945.233	63,21%
Despesas com Imóveis	270.659	-	-	270.659	5,81%
<b>Externas</b>	<b>802.608</b>	<b>624.632</b>	<b>16.281</b>	<b>1.443.521</b>	<b>30,98%</b>
Taxa de Administração	11.433	5.639	152	17.223	0,37%
Taxa de Custódia	167.879	85.926	2.121	255.927	5,49%
Taxa de Controladoria	53.547	28.792	606	82.946	1,78%
Taxa de Gestão	352.765	248.930	9.214	610.909	13,11%
Taxa de Performance	-	-	-	-	0,00%
Taxa Selic / Cetip	127.829	102.802	2.537	233.168	5,00%
Taxa CVM	66.891	58.755	1.066	126.711	2,72%
Taxa Anbima	9.392	11.823	163	21.378	0,46%
Auditoria	8.177	35.689	210	44.076	0,95%
Corretagem / Emolumentos	1.019	41.301	50	42.370	0,91%
Cartório / Book / Outros	3.675	4.974	163	8.812	0,19%
<b>Despesas Totais</b>	<b>3.426.799</b>	<b>1.216.333</b>	<b>16.281</b>	<b>4.659.413</b>	



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**"A satisfação reside no esforço,  
não no resultado obtido. O esforço  
total é a plena vitória."**

Mahatma Gandhi



# RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores, Patrocinadoras e Participantes da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros.

Rio de Janeiro - RJ

## OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado (representado pelo somatório de todos os planos de benefícios administrados pela Entidade aqui denominados de consolidado, por definição da Resolução CNPC nº 8) e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e a respectiva demonstração consolidada da mutação do patrimônio social, e as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração das mutações do ativo líquido, do ativo líquido, das obrigações atuariais dos planos de benefícios e do plano de gestão administrativa para o exercício findo ness data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2017 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

## BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir inti-

tulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade, planos individuais ou cessar suas opera-

ções, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2018.

### ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SPO15199/F-6

### Marcelo Felipe L. de Sá

Contador CRC-1RJ094644/O-0



## BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	2017	2016
Disponível	290	146
Realizável	1.123.541	1.072.072
Gestão previdencial (Nota 4)	42.783	54.331
Gestão administrativa (Nota 5)	734	588
Investimentos	1.080.024	1.017.153
• Fundos de investimentos (Nota 6.1)	969.210	900.893
• Investimentos imobiliários (Nota 6.2)	106.238	111.907
• Investimentos imobiliários (Nota 6.3)	4.576	4.353
Permanente	257	294
Imobilizado	257	294
<b>Total Ativo:</b>	<b>1.124.088</b>	<b>1.072.512</b>
<b>Passivo</b>		
Exigível operacional (Nota 7)	2.647	3.021
• Gestão previdencial	1.975	2.248
• Gestão administrativa	652	760
• Investimentos	20	13
Exigível contingencial (Nota 8)	136.156	165.466
• Gestão previdencial	135.422	164.810
• Gestão administrativa	734	647
• Investimentos	-	9
Patrimônio social	985.285	904.025
Patrimônio de cobertura do plano	956.456	875.261
• Provisões matemáticas	956.456	872.640
- Benefícios concedidos	1.026.664	1.046.676
- Benefícios a conceder	178.187	164.285
(-) Provisão matemática a constituir (Notas 11.1, 11.2, 11.3)	(248.395)	(338.321)
• Equilíbrio técnico	-	2.621
- Resultados realizados	-	2.621
- Superávit técnico acumulado	-	2.621
Fundos (Nota 12)	28.829	28.764
• Fundos previdenciais	21.144	21.023
• Fundos administrativos	6.913	7.103
• Fundos de investimentos	772	638
<b>Total Passivo:</b>	<b>1.124.088</b>	<b>1.072.512</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL CONSOLIDADO

31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Varição (%)
A) Patrimônio social - início do exercício	904.025	827.036	9,31
1. Adições	190.761	209.060	(8,75)
(+) Contribuições previdenciais	77.434	71.393	8,46
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial (Nota 6.4)	99.813	129.649	(23,01)
(+) Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	5.807	-	100,00
(+) Receitas administrativas	6.841	6.916	(1,08)
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa (Nota 6.4)	732	975	(24,92)
(+) Constituição de fundo de investimento	134	127	5,51
2. Destinações	(109.501)	(132.071)	(17,09)
(-) Benefícios	(101.738)	(100.091)	1,65
(-) Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	-	(23.356)	(100,00)
(-) Despesas administrativas	(7.679)	(7.974)	(3,70)
(-) Constituição de contingências - Gestão administrativa	(84)	(650)	(87,08)
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio social (1+2)	81.260	76.989	5,55
(+/-) Provisões matemáticas	83.816	75.509	11,00
(+/-) Superávit técnico do exercício	(2.621)	2.621	(200,00)
(+/-) Fundos previdenciais	121	(536)	(122,57)
(+/-) Fundos administrativos	(190)	(733)	(74,08)
(+/-) Fundos dos investimentos	134	128	4,69
4. Operações transitórias	-	-	-
<b>B) Patrimônio social no final do exercício (A+3+4)</b>	<b>985.285</b>	<b>904.025</b>	<b>8,99</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	608.501	564.338	7,83
1. Adições	133.126	145.677	(8,62)
(+) Contribuições previdenciais	61.761	58.216	6,09
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial (Nota 6.4)	65.736	87.461	(24,84)
(+) Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	5.629	-	100,00
2. Destinações	(84.323)	(101.514)	(16,93)
(-) Benefícios	(81.883)	(75.632)	8,27
(-) Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	-	(23.998)	(100,00)
(-) Custeio administrativo	(2.440)	(1.884)	29,51
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio social (1+2)	48.803	44.163	10,51
(+/-) Provisões matemáticas	48.465	44.383	9,20
(+/-) Fundos previdenciais	338	(220)	(253,64)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	657.304	608.501	8,02
C) Fundos não previdenciais	3.408	3.099	9,97
(+/-) Fundos administrativos	2.794	2.589	7,92
(+/-) Fundos dos investimentos	614	510	20,39

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
A) Ativo líquido - início do exercício	287.783	254.352	13,14
1. Adições	53.823	59.518	(9,57)
(+) Contribuições previdenciais	19.567	16.689	17,24
(+) Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial (Nota 6.4)	34.077	42.188	(19,23)
(+) Reversão líquida de contingências - Gestão previdencial	179	641	(72,07)
2. Destinações	(21.310)	(26.086)	(18,31)
(-) Benefícios	(19.855)	(24.459)	(18,82)
(-) Custeio administrativo	(1.455)	(1.628)	(10,63)
3. Acréscimo/decréscimo no Patrimônio social (1+2)	32.513	33.431	(2,75)
(+/-) Provisões matemáticas	35.351	31.126	13,57
(+/-) Fundos previdenciais	(217)	(316)	(31,33)
(+/-) Superávit técnico do exercício	(2.621)	2.621	(200,00)
4. Operações transitórias	-	-	-
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3+4)	320.296	287.783	11,30
C) Fundos não previdenciais	4.277	4.642	(7,86)
(+/-) Fundos administrativos	4.119	4.514	(8,75)
(+/-) Fundos dos investimentos	158	128	23,44

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO**  
**PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	<b>797.836</b>	777.826	2,57
Disponível	<b>107</b>	49	118,37
Recebível	<b>43.777</b>	55.480	(21,09)
Investimento	<b>753.952</b>	722.297	4,38
• Fundos de investimentos	<b>645.252</b>	607.895	6,15
• Investimentos imobiliários	<b>106.238</b>	111.907	(5,07)
• Empréstimos e financiamentos	<b>2.462</b>	2.495	(1,32)
2. Obrigações	<b>137.124</b>	166.226	(17,51)
Operacional	<b>1.741</b>	1.709	1,87
Contingencial	<b>135.383</b>	164.517	(17,71)
3. Fundos não previdenciais	<b>3.408</b>	3.099	9,97
Fundos administrativos	<b>2.794</b>	2.589	7,92
Fundos dos investimentos	<b>614</b>	510	20,39
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	<b>657.304</b>	608.501	8,02
Provisões matemáticas	<b>638.094</b>	589.629	8,22
Fundos previdenciais	<b>19.210</b>	18.872	(1,79)
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota 14)			
a) Equilíbrio técnico	-	-	-
b) (+/-) Ajuste de precificação	<b>26.380</b>	23.708	11,27
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	<b>26.380</b>	23.708	11,27

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIO**  
**PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)**

	2017	2016	Variação (%)
1. Ativos	<b>324.866</b>	293.277	10,77
Disponível	<b>102</b>	67	52,24
Recebível	<b>5.919</b>	5.954	(0,59)
Investimento	<b>318.845</b>	287.256	11,00
• Fundos de investimentos	<b>316.731</b>	285.398	10,98
• Empréstimos e financiamentos	<b>2.114</b>	1.858	13,78
2. Obrigações	<b>293</b>	852	(65,61)
Operacional	<b>254</b>	551	(53,90)
Contingencial	<b>39</b>	301	(87,04)
3. Fundos não previdenciais	<b>4.277</b>	4.642	(7,86)
Fundos administrativos	<b>4.119</b>	4.514	(8,75)
Fundos dos investimentos	<b>158</b>	128	23,44
4. Resultados a realizar	-	-	-
5. Ativo líquido (1-2-3-4)	<b>320.296</b>	287.783	11,30
Provisões matemáticas	<b>318.362</b>	283.011	12,49
Superávit técnico	-	2.621	(100,00)
Fundos previdenciais	<b>1.934</b>	2.151	(10,09)
6. Apuração do equilíbrio técnico ajustado (Nota 14)			
a) Equilíbrio técnico	-	2.621	(100,00)
b) (+/-) Ajuste de precificação	<b>2.076</b>	2.599	(20,12)
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	<b>2.076</b>	5.220	(60,23)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
<b>Provisões técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>795.042</b>	<b>775.238</b>	<b>2,55</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>638.094</b>	<b>589.629</b>	<b>8,22</b>
1.1 Benefícios concedidos	<b>811.791</b>	835.511	(2,84)
• Benefício Definido	<b>811.791</b>	835.511	(2,84)
1.2 Benefícios a conceder	<b>3.509</b>	2.661	31,87
• Benefício Definido	<b>3.509</b>	2.661	31,87
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir (Nota 11.1)	<b>(177.206)</b>	(248.543)	(28,70)
(-) Serviço passado	<b>(77.581)</b>	(92.736)	(16,34)
(-) Patrocinadores	<b>(77.581)</b>	(92.736)	(16,34)
(-) Déficit equacionado	<b>(131.187)</b>	(139.033)	(5,64)
(-) Patrocinadores	<b>(131.187)</b>	(139.033)	(5,64)
(+/-) Por ajuste das contribuições extraordinárias (Nota 9.b)	<b>31.562</b>	(16.774)	(288,16)
(+/-) Patrocinador(es)	<b>31.562</b>	(16.774)	(288,16)
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>3. Fundos</b>	<b>19.824</b>	<b>19.382</b>	<b>2,28</b>
3.1 Fundos previdenciais	<b>19.210</b>	18.872	1,79
3.2 Fundos de investimentos - Gestão previdencial	<b>614</b>	510	20,39
<b>4. Exigível operacional</b>	<b>1.741</b>	<b>1.709</b>	<b>1,87</b>
4.1 Gestão previdencial	<b>1.731</b>	1.700	1,82
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	<b>10</b>	9	11,11
<b>5. Exigível contingencial</b>	<b>135.383</b>	<b>164.518</b>	<b>(17,71)</b>
5.1 Gestão previdencial	<b>135.383</b>	164.509	(17,70)
5.2 Investimentos - Gestão previdencial	<b>-</b>	9	(100,00)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PACV  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
<b>Provisões técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>320.747</b>	<b>288.763</b>	<b>11,08</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>318.362</b>	<b>283.011</b>	<b>12,49</b>
1.1 Benefícios concedidos	<b>214.873</b>	211.165	1,76
• Contribuição definida	<b>1.176</b>	1.514	(22,32)
• Benefício definido	<b>213.697</b>	209.651	1,93
1.2 Benefícios a conceder	<b>174.678</b>	161.624	8,08
• Contribuição definida	<b>160.702</b>	147.279	9,11
• Saldo de contas - parcela patrocinadores	<b>86.075</b>	82.370	4,50
• Saldo de contas - parcela participantes	<b>74.627</b>	64.909	14,97
• Benefício Definido	<b>13.976</b>	14.345	(2,57)
1.3 (-) Provisões matemáticas a constituir (Notas 11.2 e 11.3)	<b>(71.189)</b>	(89.778)	(20,71)
(-) Déficit equacionado	<b>(82.851)</b>	(92.616)	(10,54)
(-) Patrocinadores	<b>(82.851)</b>	(92.616)	(10,54)
(+/-) Por ajuste das contribuições extraordinárias (Nota 9.b)	<b>11.662</b>	2.838	310,92
(+/-) Patrocinador(es)	<b>11.662</b>	2.838	310,92
<b>2. Equilíbrio técnico (Nota 9.b)</b>	<b>-</b>	<b>2.621</b>	<b>(100,00)</b>
Resultados realizados	-	2.621	(100,00)
• Superávit técnico acumulado	-	2.621	(100,00)
Reserva de contingência	-	2.621	(100,00)
<b>3. Fundos</b>	<b>2.092</b>	<b>2.279</b>	<b>(8,21)</b>
3.1 Fundos previdenciais	<b>1.934</b>	2.151	(10,09)
3.2 Fundos de investimentos - Gestão previdencial	<b>158</b>	128	23,44
<b>4. Exigível operacional</b>	<b>254</b>	<b>551</b>	<b>(53,90)</b>
4.1 Gestão previdencial	<b>244</b>	548	(55,47)
4.2 Investimentos - Gestão previdencial	<b>10</b>	3	233,33
<b>5. Exigível contingencial</b>	<b>39</b>	<b>301</b>	<b>(87,04)</b>
5.1 Gestão previdencial	<b>39</b>	301	(87,04)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA CONSOLIDADO | PGA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	7.103	7.836	(9,35)
1. Custeio da gestão administrativa	7.573	7.891	(4,03)
1.1 Receitas (Nota 13.a)	7.573	7.891	(4,03)
• Custeio administrativo da gestão previdencial	3.895	3.512	10,91
• Custeio administrativo dos investimentos	2.915	3.368	(13,45)
• Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	31	29	6,90
• Resultado positivo líquido dos investimentos (Nota 6.4)	732	975	(24,92)
• Outras receitas	-	7	(100,00)
2. Despesas administrativas	(7.679)	(7.974)	(3,70)
2.1 Administração previdencial	(4.697)	(4.738)	(0,87)
• Pessoal e encargos (Nota 13.b)	(2.717)	(2.517)	7,95
• Treinamentos/congressos e seminários	(9)	(22)	(59,09)
• Viagens e estadias	(25)	(34)	(26,47)
• Serviços de terceiros (Nota 13.c)	(1.382)	(1.495)	(7,56)
• Despesas gerais	(286)	(414)	(30,92)
• Depreciações e amortizações	(36)	(28)	28,57
• Tributos	(242)	(228)	6,14
2.2 Administração dos investimentos	(2.982)	(3.236)	(7,85)
• Pessoal e encargos (Nota 13.b)	(2.087)	(1.980)	5,40
• Treinamentos/congressos e seminários	(8)	(17)	(52,94)
• Viagens e estadias	(23)	(36)	(36,11)
• Serviços de terceiros (Nota 13.c)	(451)	(623)	(27,61)
• Despesas gerais	(180)	(324)	(44,44)
• Depreciações e amortizações	(32)	(28)	14,29
• Tributos	(201)	(228)	(11,84)
3. Constituição/reversão de contingencias administrativas	(84)	(650)	(87,08)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3+4+5)	(190)	(733)	(74,08)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	(190)	(733)	(74,08)
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	6.913	7.103	(2,67)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	2.589	3.315	(21,90)
1.1 Custeio da gestão administrativa	5.101	4.757	7,23
1.2 Receitas	5.101	4.757	7,23
• Custeio administrativo da gestão previdencial	2.440	1.884	29,51
• Custeio administrativo dos investimentos	2.338	2.450	(4,57)
• Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	16	16	-
• Resultado positivo líquido dos investimentos	307	402	(23,63)
• Outras receitas	-	5	(100,00)
2. Despesas administrativas	(4.845)	(5.073)	(4,51)
2.1 Administração previdencial	(2.716)	(2.700)	0,59
• Despesas comuns	(2.110)	(2.156)	(2,13)
• Despesas específicas	(606)	(544)	11,40
- Serviços de terceiros	(566)	(502)	12,75
- Despesas gerais	(10)	(12)	(16,67)
- Tributos	(30)	(30)	-
2.2 Administração dos investimentos	(2.129)	(2.373)	(10,32)
• Despesas comuns	(2.060)	(2.327)	(11,47)
• Despesas específicas	(69)	(46)	50,00
- Viagens e estadias	-	(2)	(100,00)
- Serviços de terceiros	(38)	(12)	216,67
- Despesas gerais	(1)	(2)	(50,00)
- Tributos	(30)	(30)	-
3. Constituição/reversão de contingencias administrativas	(51)	(410)	(87,56)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3+4+5)	205	(726)	(128,24)
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	205	(726)	(128,24)
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	2.794	2.589	7,92

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS

PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016 (EM MILHARES DE REAIS)

	2017	2016	Variação (%)
A) Fundo administrativo do exercício anterior	4.514	4.521	(0,15)
1. Custeio da gestão administrativa	2.472	3.134	(21,12)
1.1 Receitas	2.472	3.134	(21,12)
• Custeio administrativo da gestão previdencial	1.455	1.628	(10,63)
• Custeio administrativo dos investimentos	577	918	(37,15)
• Taxa de administração de empréstimo e financiamentos	15	13	15,38
• Resultado positivo líquido dos investimentos	425	573	(25,83)
• Outras receitas	-	2	(100,00)
2. Despesas administrativas	(2.834)	(2.901)	(2,31)
2.1 Administração previdencial	(1.981)	(2.038)	(2,80)
• Despesas comuns	(1.871)	(1.912)	(2,14)
• Despesas específicas	(110)	(126)	(12,70)
- Serviços de terceiros	(98)	(114)	(14,04)
- Tributos	(12)	-	-
2.2 Administração dos investimentos	(853)	(863)	(1,16)
• Despesas comuns	(841)	(851)	(1,18)
• Despesas específicas	(12)	(12)	-
- Tributos	(12)	(12)	-
3. Constituição/reversão de contingências administrativas	(33)	(240)	(86,25)
4. Reversão de recursos para o plano de benefícios	-	-	-
5. Resultado negativo líquido dos investimentos	-	-	-
6. Sobra/insuficiência da gestão administrativa (1+2+3+4+5)	(395)	(7)	5.542,86
7. Constituição/reversão do fundo administrativo (6)	(395)	(7)	5.542,86
8. Operações transitórias	-	-	-
B) Fundo administrativo do exercício atual (A+7+8)	4.119	4.514	(8,75)

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Ampla de Seguridade Social - Brasileiros ("Fundação" ou "Brasileiros") é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, constituída em 23 de março de 1972, de acordo com autorização de funcionamento concedida pelo Ministério da Previdência - MPAS, através da Portaria nº 1.549 datada de 17 de maio de 1979.

A Fundação é dotada de autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo instituir e manter planos privados de concessão de benefícios de renda ou de pecúlio, suplementares ou assemelhados aos da Previdência Social.

Nos termos da legislação em vigor, a fonte de custeio dos planos são exclusivamente as contribuições dos participantes e das patrocinadoras. As referidas contribuições formam as reservas necessárias para garantia do pagamento dos benefícios contratados.

As operações da Fundação são fiscalizadas pelo Ministério da Previdência Social, por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc. Estão, assim, sujeitas ao exame do referido órgão, que defende e protege os interesses dos participantes e beneficiários, todos os atos dessas entida-

des, inclusive e, especialmente, o estatuto social e os regulamentos dos planos de benefícios que vinculam os participantes.

Os recursos arrecadados e os frutos decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A alocação desses recursos observa especialmente a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

A Fundação mantinha até o exercício de 1998 um único plano, do tipo benefício definido, denominado Plano de Complementação de Aposentadoria (PCA). Em 8 de janeiro de 1999, através do Ofício nº 15/SPC/CGOF/COJ, a Secretaria de Previdência Complementar, com base na Instrução nº 6 de 16 de junho de 1995, aprovou a implantação do novo Plano de Aposentadoria de Contribuição Definida - PACD, cuja nomenclatura foi alterada para Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV, após aprovação do Conselho Deliberativo em 21 de fevereiro de 2006, em cumprimento à Instrução Normativa SPC nº 9, de 17 de janeiro de 2006.

Plano de benefício	CNPB	Modalidade	Patrocinadoras
Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	1972000111	BD	Ampla Energia e Serviços S.A.
Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1999000374	CV	Ampla Energia e Serviços S.A. Brasileiros Enel Brasil S.A.

### PLANO DE BENEFÍCIOS DEFINIDOS - BD - PCA

O Plano de Complementação de Aposentadoria prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria por tempo de contribuição.
- Aposentadoria especial e do Ex-combatente.
- Aposentadoria por idade.
- Benefício proporcional diferido.
- Aposentadoria por invalidez.
- Pensão por morte.

Este plano encontra-se em extinção desde 8 de janeiro de 1999, estando fechado a novas adesões de participantes.

### PLANO DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - CV - PACV

O Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável prevê em seu regulamento os seguintes benefícios:

- Aposentadoria normal.
- Aposentadoria antecipada.
- Invalidez.
- Pensão por morte.
- Benefício proporcional diferido.

Composição do quadro de participantes da Fundação:



Descrição	2017			2016		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
<b>Totais</b>	<b>1.986</b>	<b>1.753</b>	<b>3.739</b>	2.023	1.750	3.773
Participantes ativos	2	970	972	2	1.006	1.008
Autopatrocinados	-	30	30	-	11	11
Diferidos	-	162	162	1	139	139
Assistidos	1.285	517	1.802	1.325	521	1.846
Pensionistas	699	74	773	696	73	769
<b>Idade média</b>	<b>68</b>	<b>49</b>	<b>53</b>	67	48	52
Participantes ativos	64	39	52	63	39	51
Autopatrocinados	-	42	42	-	38	38
Diferidos	-	41	41	-	40	40
Assistidos	72	63	68	71	63	67
Pensionistas	69	61	65	68	60	64

## 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Essas práticas contábeis são específicas para o segmento das entidades fechadas de previdência complementar. Como consequência, (I) não existe a segregação de ativos e passivos entre circulante e de longo prazo, (II) os investimentos estão contemplados no grupo "Ativo Realizável", (III) o "Ativo Permanente" abrange somente os bens utilizados na operação da Fundação e (IV) o grupo "Provisões Matemáticas" representa em valores presentes os compromissos assumidos pela Fundação junto aos seus participantes.

A segregação dos registros contábeis possui duas gestões distintas (previdencial e administrativa) e o fluxo de investimentos que é comum às gestões previdencial e administrativa.

As demonstrações financeiras e os quadros das notas explicativas estão apresentados em milhares de reais.

As informações consideradas relevantes então sendo divulgadas.

A Fundação não possui ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, na data do fechamento das suas demonstrações financeiras.

De acordo com as normas específicas, são apresentadas as seguintes demonstrações que irão evidenciar:

- **BALANÇO PATRIMONIAL**  
De forma consolidada, os saldos das contas de ativo, passivo e patrimônio social dos planos.
- **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL - DMPS**  
De forma consolidada, as modificações ocorridas no Patrimônio Social dos planos.

- **DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DMAL**  
Por plano de benefícios, as mutações ocorridas no Ativo Líquido ao final do exercício.

- **DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO - DAL**  
Por plano de benefícios, a composição do ativo líquido disponível para cobertura das obrigações atuariais.

- **DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS - DPT**  
Por plano de benefícios, a composição das Provisões Técnicas.

- **DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - DPGA**  
Por plano de benefício, o resultado da atividade administrativa da Fundação e as mutações do fundo administrativo ocorridas ao final do exercício.

Cada Plano de Benefícios tem sua contabilidade estruturada em Gestão Previdencial e Investimentos. As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos das contas dos Planos de Benefícios PCA e PACV e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

A consolidação das demonstrações financeiras é efetuada utilizando um balancete auxiliar, cujo objetivo é anular a participação do fundo administrativo nos planos previdenciais, os valores a pagar e a receber entre planos, superávits e déficits, dentre outros. No fechamento dos exercícios de 2017 e 2016, a Brasiletros efetuou a anulação da participação do fundo administrativo nos planos de benefícios em R\$6.913 e R\$7.103, respectivamente.

As demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 21 de fevereiro de 2018.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 3.1 RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Conforme legislação vigente, os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência. Na apuração do resultado, são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente da sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e variações negativas pagas ou incorridas no mês correspondente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.

#### Gestão previdencial

Registra as contribuições apuradas mensalmente (devidas pelas patrocinadoras e pelos participantes), as provisões de recebimento da contribuição sobre a folha de 13º salário e os valores depositados judicialmente relativos às contingências da gestão previdencial.

### 3.2 ATIVO REALIZÁVEL

#### Gestão administrativa

Registra os direitos a receber, as despesas futuras, os adiantamentos concedidos a empregados e os valores a receber da taxa das Patrocinadoras.

#### Investimentos

Em atendimento à Resolução CGPC nº 4, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, os títulos e valores mobiliários devem ser classificados nas seguintes categorias:

- **TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO**  
Títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado, sendo os ganhos e as perdas sobre esses títulos, realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do exercício.
- **TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO**  
Registra os títulos com vencimentos superiores a 12 meses da data de aquisição e que a Fundação tenha intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Política de Investimentos visa estabelecer as diretrizes de investimento para o longo prazo e tem como referência os Estudos de ALM - Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos). Revisões anuais no cenário macroeconômico podem ocorrer de forma a adequar a macroalocação nos segmentos de investimentos.

Os investimentos da Fundação estão alocados em fundos de investimento exclusivos e não exclusivos registrados pelo valor da cota na data do balanço distribuídos nos segmentos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados. Uma parte dos recursos também está alocada nos segmentos de imóveis e operações com participantes.

Seguem os principais segmentos de investimentos:

#### A) FUNDOS DE INVESTIMENTOS

##### A.1) Renda Fixa

A patrocinadora AMPLA deverá efetuar a contribuição extraordinária, apurada em 31/12/2017, equivalente a 2,35% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, para compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real

##### A.2) Ações

Os fundos classificados como "ações" possuem, no mínimo, 67% (sessenta e sete por cento) da carteira em ações admitidas à negociação no mercado à vista de bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado ou em outros ativos autorizados na legislação.

##### A.3) Multimercado

Os fundos classificados como "multimercado" possuem políticas de investimento que envolvem diversos fatores de risco, combinando investimentos nos mercados de renda fixa, câmbio, ações, entre outros. Podem também utilizar instrumentos de derivativos para proteção de suas carteiras.

##### A.4) Participações

Fundo de Investimento em Participações (FIP), constituído sob a forma de condomínio fechado, é uma comunhão de recursos destinados à aquisição de ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, participando do processo decisório da companhia investida, com efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão, notadamente através da indicação de membros do Conselho de Administração.

### A.5) Imobiliário

A patrocinadora AMPLA deverá efetuar a contribuição extraordinária, apurada em 31/12/2017, equivalente a 2,35% da folha de salário real de contribuição de todos os seus participantes ativos, para compensação da alteração da hipótese de Crescimento Real

#### B) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, com base nos laudos de avaliação de empresa contratada.

Foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, que dispensa o registro da depreciação quando a reavaliação imobiliária tenha periodicidade inferior a um ano. A Fundação realiza pelo menos uma reavaliação anual de seus imóveis.

#### C) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

São demonstrados ao custo de aquisição ou construção, ajustados ao valor de mercado, com base nos laudos de avaliação de empresa contratada.

Foi publicada no Diário Oficial da União a Instrução PREVIC nº 21, de 23 de março de 2015, que dispensa o registro da depreciação quando a reavaliação imobiliária tenha periodicidade inferior a um ano. A Fundação realiza pelo menos uma reavaliação anual de seus imóveis.

#### C.1) Empréstimos

Os empréstimos são operações de mútuos concedidos aos seus participantes e assistidos.

Registram as operações de financiamentos imobiliários concedidos até dezembro de 1994 a participantes ativos e assistidos. Atualmente, o saldo apurado observa as renegociações em cobranças efetivadas pela Fundação conforme tratativas autorizadas pelo Conselho Deliberativo.

### 3.3 PERMANENTE - IMOBILIZADO

Representado pelos bens de uso próprio, é demonstrado ao custo de aquisição deduzida a depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com base nas seguintes taxas anuais:

- 10% móveis e utensílios
- 10% máquinas e equipamentos
- 10% instalações
- 10% sistema de comunicação
- 10% sistema de segurança
- 20% computadores e periféricos
- 25% refrigeradores e ventiladores

### 3.4 EXIGÍVEL OPERACIONAL

#### Gestão previdencial

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, o repasse para os sindicatos e para a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. do plano médico e odontológico, dentre outros.

#### Gestão administrativa

Registra os valores a recolher de encargos sobre a folha de pagamento, a provisão de férias e seus respectivos encargos, as despesas a pagar de serviços de terceiros e os tributos.

#### Investimentos

Registra o valor da folha de benefícios a pagar e seu respectivo imposto de renda retido na fonte a recolher, o repasse para os sindicatos e para a patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. do plano médico e odontológico, dentre outros.

### 3.5 EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As provisões para contingências são avaliadas periodicamente e são constituídas tendo como base o Pronunciamento CPC nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e considerando a avaliação da Administração e de seus consultores jurídicos, sendo consideradas suficientes para cobrir prováveis perdas decorrentes desses processos (vide Nota Explicativa nº 8 - Exigível contingencial).

### 3.6 EXIGÍVEL ATUARIAL

As provisões matemáticas representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e as dívidas contratadas com as patrocinadoras, com cláusula de reajuste atuarial e calculadas por atuário externo (Towers Watson Consultoria Ltda.).

### 3.7 OPERAÇÕES ADMINISTRATIVAS

Atendendo à determinação da Resolução do Conselho de Gestão da Previdência Complementar - CGPC nº 28, de 26 de janeiro de 2009, e a Instrução da Secretararia de Previdência Complementar - SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas são realizados no Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio segregado dos planos de benefícios.

O patrimônio do PGA é constituído pelas receitas previdenciais e de investimento deduzidas das des-

pesas comuns e das específicas da administração do previdencial e investimento, sendo as sobras ou insuficiências administrativas alocadas ou revertidas ao fundo administrativo.

O saldo do fundo administrativo é segregado por plano de benefícios, não caracterizando obrigações ou direitos aos patrocinadores, participantes e assistidos dos planos. Para determinação do saldo do fundo administrativo de cada plano de benefício, a Fundação utiliza o seguinte critério:

**A) RECEITAS:** são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme regulamento próprio do PGA.

**B) DESPESAS ESPECÍFICAS:** são debitadas aos planos de benefícios em conformidade com o plano de custeio vigente, sendo utilizadas as fontes de custeio previdencial e de investimento conforme regulamento próprio do PGA.

**C) DESPESAS COMUNS:** Os custos administrativos são determinados proporcionalmente à participação

operacional de cada área nos respectivos programas.

Esses custos da gestão previdencial e de investimentos representaram, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, respectivamente, 57,85% e 42,15% (56,14% e 43,86% em 2016) do total geral das despesas comuns.

O critério de rateio das despesas comuns entre planos foi definido em razão do número de participantes de cada plano, no caso da gestão previdencial. Sendo assim, foi utilizado 53% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA, e 47% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV em ambos os exercícios. No caso das despesas comuns do investimento, estas foram rateadas em razão dos recursos garantidores de cada plano na data da elaboração do orçamento, sendo 71% para o Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA e 29% para o Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV em 2017. No exercício de 2016 o percentual utilizado foi de 73% no PCA e 27% no PACV.

### 3.8 PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A Administração se utiliza de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. As principais mensurações patrimoniais que utilizam estimativas ou premissas por parte da Administração são: provisão para demandas previdenciais, trabalhistas, fiscais e cíveis, valor de de-

terminados instrumentos financeiros, valor dos ativos imobiliários, ativos intangíveis, definição da vida útil de determinados ativos, passivos atuariais e outras provisões. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

## 4. REALIZÁVEL DA GESTÃO PREVIDENCIAL

	2017	2016
Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A.	1.764	1.281
Contribuições normais do mês	1.764	1.281
• Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	8	5
• Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	1.756	1.276
Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A.	-	45
Contribuições normais do mês	-	45
• Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	-	45
Depósitos judiciais	41.019	53.004
• Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	40.976	52.884
• Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	43	120
Outros realizáveis	-	1
• Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	-	1
Total realizável da gestão previdencial	42.783	54.331

As contribuições das patrocinadoras são registradas pelo regime de competência e recebidas até o quarto dia útil do mês subsequente. Apenas as contribuições de auto patrocinados são escrituradas no regime de caixa.



## 4.1 MOVIMENTAÇÃO DOS DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais vinculados a processos envolvendo a gestão previdencial são atualizados pela variação da caderneta de poupança até a data do fechamento do balanço.

Consolidado					
Saldo inicial	Novos depósitos	Pagamentos	Reversão	Atualização	Saldo final
53.004	12.225	(25.675)	(850)	2.315	41.019
PCA					
Saldo inicial	Novos depósitos	Pagamentos	Reversão	Atualização	Saldo final
52.884	12.225	(25.598)	(850)	2.315	40.976
PACV					
Saldo inicial	Novos depósitos	Pagamentos	Reversão	Atualização	Saldo final
120	-	(77)	-	-	43

## 5. REALIZÁVEL DA GESTÃO ADMINISTRATIVA

	2017	2016
Contribuição taxa PGA	666	537
Despesas futuras	25	20
Adiantamento a empregados	5	4
Depósitos judiciais	38	27
Total realizável da gestão administrativa	734	588

## 6. INVESTIMENTOS

### 6.1 FUNDOS DE INVESTIMENTOS

A composição da carteira de investimentos, segregada por plano, está demonstrada nas tabelas abaixo:

	2017				2016			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos								
Fundos de renda fixa								
• BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM (a)	148	98	-	246	778	519	-	1.297
• Itaú Unibanco S.A.	5	-	-	5	5	-	-	5
• Caixa Econômica Federal	1.170	-	-	1.170	1.066	-	-	1.066
• BEM DTVM Ltda.	443.403	173.144	-	616.547	416.105	159.579	-	575.684
Total dos fundos em renda fixa	444.726	173.242	-	617.968	417.954	160.098	-	578.052

	2017				2016			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de ações								
• INTRAG DTVM Ltda.	17.249	14.408	-	31.657	4.319	3.062	-	7.381
• BEM DTVM Ltda.	-	-	-	-	-	19.357	-	19.357
• Sul América Investimentos DTVM S/A	3.374	2.561	-	5.935	2.585	3.159	-	5.744
• BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	32.532	29.296	-	61.828	-	6.665	-	6.665
Total dos fundos em ações	53.155	46.265	-	99.420	6.904	32.243	-	39.147
Fundos multimercado								
• INTRAG DTVM Ltda.	24.355	10.953	-	35.308	-	-	-	-
• BNY MELLON Serviços Financeiros DTVM S.A.	10.484	4.715	-	15.199	-	-	-	-
• BEM DTVM Ltda.	105.438	76.428	7.227	189.093	176.988	88.584	7.600	273.172
Total dos fundos multimercado	140.277	92.096	7.227	239.600	176.988	88.584	7.600	273.172
Fundo de participações								
• Caixa Econômica Federal (b)	7.094	4.729	-	11.823	6.049	4.033	-	10.082
Total do fundo de participações	7.094	4.729	-	11.823	6.049	4.033	-	10.082
Fundos imobiliários								
• Citibank DTVM S.A.	-	-	-	-	-	440	-	440
• Oliveira Trust DTVM S.A.	-	399	-	399	-	-	-	-
Total dos fundos imobiliários	-	399	-	399	-	440	-	440
Total dos fundos de investimentos	645.252	316.731	7.227	969.210	607.895	285.398	7.600	900.893

(A) Em dezembro de 2016, o administrador do fundo de investimento BTG Pactual Emissões Primárias II CP relatou que foi constituída provisão para devedores duvidosos da debênture da companhia PGD (único ativo do fundo) refletindo 70% do valor de face desse título, de forma a adequar a marcação com a realidade financeira da Companhia, uma vez que esta se encontrava inadimplente pelo não pagamento da parcela de juros e amortização em 15/12/2016. Essa decisão foi baseada no valor residual das SPEs que tem suas cotas cedidas em garantia ao fundo Emissões Primárias II CP. A provisão resultou em um impacto negativo no fundo de R\$330 no PCA e R\$220 no PACV.

Em 2017, em razão da evolução dos eventos, e da Companhia já ter dado início ao processo de Recuperação Judicial ("RJ"), além da dificuldade de obtenção de informações sobre as SPEs dadas em garantia ao fundo, o administrador realizou novas provisões para devedores duvidosos, em junho e dezembro, marcando a debênture a 12% de seu valor

de face, de forma a refletir corretamente na cota do Fundo as alternativas para recuperação do crédito em questão. Estas provisões resultaram em um impacto negativo no fundo de R\$688 no PCA e R\$458 no PACV.

(B) A variação positiva de 17% no ano de 2017, apresentada na rubrica "Participações", decorre do ganho patrimonial na cota do fundo de investimentos Brasil Energia Renovável - FIP. Esse ganho explica-se pelo fato do administrador do fundo ter realizado no ano de 2017 dois movimentos de variação na cota, um em agosto, de -70%, em função do reconhecimento da avaliação dos ativos feita pela PwC com data-base em 31/12/2016, e outro, de +311% em novembro, com base na atualização dos laudos da PwC em decorrência dos eventos que ocorreram no ano, como a desconstrução de energia nas empresas Eólicas do Sul e pela solução da participação societária no mesmo grupo.

### 6.1.1 COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

#### A) PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

	2017						
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	409.651	409.651	463.065	63,49%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	409.651	409.651	463.065	63,49%
• Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	-	-	-	409.651	409.651	463.065	63,49%

2017							
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos para negociação	160.792	13.577	20.169	41.063	235.601	235.601	36,51%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	64.382	13.577	20.169	41.063	139.191	139.191	21,57%
• Debêntures	-	49	23	329	401	401	0,06%
• Letras Financeiras	3.197	5.769	9.924	11.825	30.715	30.715	4,76%
• CDB	-	1.464	180	1.123	2.767	2.767	0,43%
• Títulos públicos federais	62.024	6.295	10.042	27.786	106.147	106.147	16,45%
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	6.295	10.042	26.775	43.112	43.112	6,68%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	1.011	1.011	1.011	0,16%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN O	62.024	-	-	-	62.024	62.024	9,61%
• Outros	(839)	-	-	-	(839)	(839)	(0,13%)
Fundos de investimentos não exclusivos	96.410	-	-	-	96.410	96.410	14,94%
Total	160.792	13.577	20.169	450.714	645.252	698.666	100,00%

2016							
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
• Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	-	-	-	398.098	398.098	432.741	65,49%
Títulos para negociação	115.935	10.850	4.607	78.406	209.798	209.798	34,51%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	101.133	10.850	4.607	78.406	194.996	194.996	32,08%
• Debêntures	30	-	-	10.104	10.134	10.134	1,67%
• Letras Financeiras	3.484	10.526	4.607	27.165	45.782	45.782	7,53%
• Títulos públicos federais	98.510	324	-	41.137	139.971	139.971	23,03%
• Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	39.347	39.347	39.347	6,47%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN O	98.510	-	-	-	98.510	98.510	16,21%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	324	-	1.790	2.114	2.114	0,35%
• Outros	(891)	-	-	-	(891)	(891)	(0,15%)
Fundos de investimentos não exclusivos	14.802	-	-	-	14.802	14.802	2,43%
Total	115.935	10.850	4.607	476.504	607.896	642.539	100,00%

No exercício de 2017, a posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento” se manteve inalterada, uma vez que não ocorreram novas compras no ano. As variações decorrem de vencimentos e pagamentos de juros.

No exercício de 2016, ocorreu um aumento de R\$260.957 na posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento”, registrados pelo valor da curva dos papéis e com taxa média de compra de 6,58% a.a.

No fundo não exclusivo BTG Pactual Emissões Primárias II CP, as debêntures emitidas pela PDG Realty estão classificadas como títulos “mantidos até o vencimento”. Porém, como esta emissão foi específica para este fundo (Emissões CVM nº 476 - Esforços Restritos) e não há liquidez neste ativo para negociações, não há precificação a mercado para esses títulos. Sendo assim, na tabela acima, o valor contábil deste ativo é igual ao valor de mercado e a participação da Fundação neste fundo está apresentada na linha fundos de investimentos não exclusivos.

## B) PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

2017							
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	62.670	45.348	108.018	112.164	34,10%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	62.670	45.348	108.018	112.164	34,10%
• Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	-	-	62.670	45.348	108.018	112.164	34,10%
Títulos para negociação	93.122	9.841	24.268	81.482	208.713	208.713	65,90%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	25.963	9.841	24.268	81.482	141.554	141.554	44,69%
• Debêntures	-	35	17	1.569	1.621	1.621	0,51%
• Letras Financeiras	2.317	4.182	7.194	10.779	24.472	24.472	7,73%
• CDB	-	1.061	131	814	2.006	2.006	0,63%
• Títulos públicos federais	24.242	4.563	16.926	68.320	114.051	114.051	36,01%
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	4.563	14.242	19.408	38.213	38.213	12,06%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	2.684	48.912	51.596	51.596	16,29%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN O	24.242	-	-	-	24.242	24.242	7,65%
• Outros	(596)	-	-	-	(596)	(596)	(0,19%)
Fundos de investimentos não exclusivos	67.159	-	-	-	67.159	67.159	21,20%
Total	93.122	9.841	86.938	126.830	316.731	320.877	100,00%

2016							
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos mantidos até o vencimento	-	-	-	104.997	104.997	106.181	36,79%
Fundos de investimentos exclusivos							
Títulos públicos federais	-	-	-	104.997	104.997	106.181	36,79%
- Notas do Tesouro Nacional -NTN-B	-	-	-	104.997	104.997	106.181	36,79%
Títulos para negociação	86.689	5.436	2.306	85.970	180.401	180.401	63,21%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	50.034	5.436	2.306	85.970	143.746	143.746	50,37%
• Debêntures	15	-	-	7.788	7.803	7.803	2,73%
• Letras Financeiras	1.744	5.268	2.306	15.445	24.763	24.763	8,68%
• Títulos públicos federais	48.713	168	-	62.737	111.618	111.618	39,11%
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	19.693	19.693	19.693	6,90%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN O	48.713	-	-	-	48.713	48.713	17,07%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	168	-	43.044	43.212	43.212	15,14%
• Outros	(438)	-	-	-	(438)	(438)	(0,15%)
Renda variável	12.692	-	-	-	12.692	12.692	4,45%
• Ações	12.664	-	-	-	12.664	12.664	4,44%
• Outros	28	-	-	-	28	28	0,01%
Fundos de investimentos não exclusivos	23.963	-	-	-	23.963	23.963	8,40%
Total	86.689	5.436	2.306	190.967	285.398	286.582	100,00%

No exercício de 2017, a posição alocada em NTN-B classificada como títulos “mantidos até o vencimento” se manteve inalterada, uma vez que não ocorreram novas compras no ano. As variações decorrem de vencimentos e pagamentos de juros.

No exercício de 2016, a Fundação adquiriu NTN-B classificando-as como títulos “mantidos até o vencimento” para o plano PACV, registrados pelo valor da curva dos papéis e com taxa média de compra de

6,22% a.a. Esta aquisição foi da ordem de R\$104.997 e foi definida no Estudo de ALM - Asset Liability Management (Gestão de Ativos e Passivos) e aprovado na Política de Investimentos de 2016, que previa alocação em torno de 37% dos recursos do plano PACV.

Em relação ao fundo não exclusivo BTG Pactual Emissões Primárias II CP, a situação é análoga ao PCA, conforme os comentários registrados no item anterior.



## C) PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

2017							
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos para negociação	2.100	930	1.382	2.815	7.227	7.227	100,00%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	2.100	990	1.382	2.815	7.227	7.227	100,00%
• Debêntures	-	3	2	23	28	28	0,39%
• Letras Financeiras	219	395	680	811	2.105	2.105	29,13%
• CDB	-	101	12	77	190	190	2,63%
• Títulos públicos federais	1.936	431	688	1.904	4.959	4.959	68,62%
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	431	688	1.835	2.954	2.954	40,87%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	-	-	69	69	69	0,95%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN O	1.936	-	-	-	1.936	1.936	26,79%
• Outros	(55)	-	-	-	(55)	(55)	(0,76%)
Total	2.100	930	1.382	2.815	7.227	7.227	100,00%

2016							
	Sem vencimento	De 61 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor de Mercado	%
Títulos para negociação	3.986	466	198	2.950	7.600	7.600	100%
Fundos de investimentos exclusivos							
Renda fixa	3.986	466	198	2.950	7.600	7.600	100%
• Debêntures	1	-	-	17	18	18	0,01%
• Letras Financeiras	150	452	198	1.166	1.966	1.966	0,69%
• Títulos públicos federais	3.872	14	-	1.767	5.653	5.653	1,98%
- Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	1.690	1.690	1.690	0,59%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN O	3.872	-	-	-	3.872	3.872	1,36%
- Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	14	-	77	91	91	0,03%
• Outros	37	-	-	-	37	37	(0,01%)
Total	3.986	466	198	2.950	7.600	7.600	100,00%

## 6.2 INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

A composição da carteira de investimentos imobiliários alocados no PCA é a seguinte:

	2017	2016
<b>Imóveis</b>		
Avenida Paulo Leitão, 695 - Magé - RJ	4.732	4.060
Praça Leoni Ramos, 1 Bl. 1 e 2 - Niterói - RJ	95.165	101.550
Rua Aureliano Coutinho, 81 - Petrópolis - RJ	6.337	6.350
Outros	4	(53)
<b>Total</b>	<b>106.238</b>	<b>111.907</b>

Os três imóveis foram avaliados em junho de 2017, tendo como resultado desta avaliação a redução do valor patrimonial dos mesmos em R\$5.726. O resultado negativo dessas avaliações se encontra refletido nas demonstrações financeiras, baseando-se nos Laudos de Avaliação emitidos por perito indepen-

dente - APSIS Consultoria Empresarial Ltda. - CNPJ 27.281.922/0001-70.

Em 2016, os imóveis foram avaliados no mês de julho, ocorrendo uma redução de R\$5.217, conforme laudos da mesma empresa avaliadora (APSI).

Imóvel	Valor reavaliado em 31/12/2016	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2017	Vida útil	Valor reavaliado em 31/12/2015	Reavaliação	Valor reavaliado em 31/12/2016	Vida útil
Niterói	101.550	(6.385)	95.165	31 anos	105.500	(3.950)	101.550	32 anos
Petrópolis	6.350	(13)	6.337	25 anos	7.400	(1.050)	6.350	33 anos
Magé - RJ	4.060	672	4.732	35 anos	4.277	(217)	4.060	36 anos
Total	111.960	(5.726)	106.234		117.177	(5.217)	111.960	
Outros	(53)	57	4		(26)	-	(53)	
Total dos investimentos imobiliários	111.907	(5.669)	106.238		117.151	(5.217)	111.907	

Segue percentual de alocação dos imóveis em relação aos recursos garantidores. O limite estabelecido pela Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, é de 8%.

Variação	Recursos garantidores	Investimento imobiliário	Percentual
Em 31 de dezembro de 2016	722.329	111.907	15,49
Em 31 de dezembro de 2017	754.049	106.238	14,09

Em fevereiro de 2012, foram reavaliados os imóveis que compõem a carteira desse segmento, ante a necessidade de atualização da precificação dos mesmos. E, em virtude do notório crescimento do mercado imobiliário e do cenário macroeconômico à época, o limite fixado para alocação nesse segmento (8% de acordo com a Resolução CMN 3.792/2009) foi ultrapassado, ocasionando o desenquadramento passivo da carteira de imóveis. No período de março a dezembro de 2012, a contagem do prazo para eliminação do excesso estava suspensa, nos termos do parágrafo 2º do artigo 52 da Resolução CMN 3.792, de 24 de setembro de 2009. Logo, o prazo para eliminação do excesso foi postergado para fevereiro de 2015. Independentemente do término do prazo, a Fundação está obrigada a persistir na adoção das medidas necessárias à sua eliminação. Desde a configuração do desenquadramento, a Fundação, por meio de um plano de enquadramento aprovado por seu Conselho Deliberativo, adotou uma série de providências objetivando a alienação dos imóveis que compõem a carteira. Todavia, não houve êxito nessas ações. Registre-se, aqui, que a alienação dos bens imóveis depende, igualmente, de atos de terceiros.

Em 5 de julho de 2016, a PREVIC, por meio do Ofício nº1966/2016/DIACE/DIFIS/PREVIC, concedeu a oportunidade de formalizar Termo de Ajustamento de Conduta - TAC a fim de solucionar a situação do desenquadramento da carteira de imóveis.

A Fundação, em atendimento ao disposto no artigo 4º, caput e parágrafo primeiro, da Instrução MPS/PREVIC nº 03, de 29 de junho de 2010, encaminhou, em 26 de outubro de 2016, ao Escritório Regional do Rio de Janeiro da PREVIC a minuta de TAC para avaliação do referido órgão de fiscalização. Em 17 de outubro de 2017, a Fundação recebeu o Ofício nº 196/2017/ERRJ/DIFIS/PREVIC, concedendo a oportunidade de retificar ou ratificar a minuta do Termo de Ajustamento de Conduta - TAC enviada à autarquia em outubro de 2016.

Em atendimento aos termos desse ofício foi encaminhado, em 31 de outubro de 2017, uma atualização da minuta do TAC, na qual foram aprimorados a listagem e os prazos das providências que serão adotadas. Os termos desta nova minuta foram objeto de deliberação do Conselho Deliberativo da Fundação, em reunião realizada em 26 de outubro de 2017.

## 6.3 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS IMOBILIÁRIOS

Com a concessão dos empréstimos simples aos participantes, a composição da carteira de empréstimos e financiamentos imobiliários da Fundação é como se segue:

	2017			2016		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Empréstimos	2.459	2.114	4.573	2.491	1.858	4.349
Financiamentos imobiliários	3	-	3	4	-	4
Total dos fundos em ações	2.462	2.114	4.576	2.495	1.858	4.353

Com relação à carteira de empréstimos do PACV, no exercício de 2017, o saldo registrado como provisão de liquidação duvidosa é de R\$32 (em 2016 era de R\$35). A provisão foi constituída conforme Resolu-

ção CGPC nº 8 de 26 de janeiro de 2009, Anexo A Normas Complementares. Medidas para recuperação desses créditos são observadas mensalmente, conforme o tempo de inadimplência.

## 6.4 RENTABILIDADES DOS INVESTIMENTOS

Segue composição da rentabilidade nos segmentos aplicados:

2017	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos				
Renda fixa (a)	38.492	16.340	-	54.832
Ações	9.439	8.298	-	17.737
Multimercado	15.723	9.075	734	25.532
Participações (b)	1.045	696	-	1.741
Imobiliários	-	46	-	46
Total dos fundos de investimentos	64.699	34.455	734	99.888
Investimentos imobiliários	3.126	-	-	3.126
Empréstimos	483	296	-	779
Cobertura das despesas administrativas	(2.354)	(592)	-	(2.946)
Outros	(218)	(82)	(2)	(302)
Rentabilidade total	65.736	34.077	732	100.545

a) Vide item 6.1 (a)

b) Vide item 6.1 (b)

2016	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Fundos de investimentos				
Renda fixa (a)	37.580	13.363	-	50.943
Ações	(1.161)	6.108	-	4.947
Multimercado	50.349	22.864	1.000	74.213
Participações (b)	134	-	-	134
Direitos creditórios	(11)	(7)	-	(18)
Imobiliários	-	534	-	534
Total dos fundos de investimentos	86.891	42.862	1.000	130.753
Investimentos imobiliários	2.359	-	-	2.359
Empréstimos	444	339	-	783
Cobertura das despesas administrativas	(2.465)	(932)	-	(3.397)
Outros	232	(81)	(25)	126
Rentabilidade total	87.461	42.188	975	130.624

a) Vide item 6.1 (a)

## 6.5 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Fundação possuía, em seus fundos de investimentos exclusivos, operações no mercado de derivativos através de contratos de futuros e swaps registrados pelo valor de mercado. As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela BM&F - Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as cotas dos fundos da Fundação. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia.

A posição em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é como segue:

### I) FUTUROS

PCA							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2017 Valor de mercado	2016 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	82	89.693	-	7.355
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	110	81.190	-	8.931
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	32	72.787	-	2.329
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	6	65.155	-	391
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	27	51.848	-	1.400
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	31	93.572	2.901	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	49	85.596	4.194	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2021	(16)	77.091	(1.228)	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2023	(1)	62.167	(62)	-
PACV							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2017 Valor de mercado	2016 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	41	89.693	-	3.677
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	55	81.190	-	4.465
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	16	72.787	-	1.165
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	2	65.155	-	130
DI	Comprado	Taxa de Juros	07/2023	13	51.848	-	674
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	23	93.572	2.152	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	36	85.596	3.081	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2021	(12)	77.091	(931)	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2023	(1)	62.167	(62)	-
PGA							
Futuro	Posição	Referência	Vencimento	Quantidade	Valor referência	2017 Valor de mercado	2016 Valor de mercado
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2018	4	89.693	-	359
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	5	81.190	-	406
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	1	72.787	-	73
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2021	1	65.155	-	65
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2023	1	51.848	-	52
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2019	2	93.572	187	-
DI	Comprado	Taxa de Juros	01/2020	3	85.596	257	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2021	(1)	77.091	(77)	-
DI	Vendido	Taxa de Juros	01/2023	(1)	62.167	(62)	-

### II) SWAPS

PCA							
Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2017 Valor de mercado	2016 Valor de mercado
29380	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,000	6	3
29381	15/08/2022	IPCA	6,1100	CDI	-	(125)	(22)
29382	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,0500	1	1
29383	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1300	7	2
29384	17/08/2020	CDI	-	IPCA	6,2400	41	10
29385	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1400	6	2
29386	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1500	6	2
29387	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8300	(369)	(604)
29388	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8600	(32)	(51)



29389	17/08/2020	IPCA	6,8800	CDI	-	(60)	(30)
29390	15/08/2022	IPCA	6,9900	CDI	-	(175)	(103)
29391	15/08/2018	IPCA	6,4600	CDI	-	(9)	(6)
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	-	(40)	(27)
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	-	(53)	(16)

## PCA

Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2017 Valor de mercado	2016 Valor de mercado
29380	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,0000	4	1
29381	15/08/2022	IPCA	6,1100	CDI	-	(91)	(11)
29382	15/08/2018	CDI	-	IPCA	5,0500	1	-
29383	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1300	5	1
29384	17/08/2020	CDI	-	IPCA	6,2400	30	5
29385	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1400	5	1
29386	15/08/2024	CDI	-	IPCA	6,1500	5	1
29387	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8300	(267)	(302)
29388	15/08/2022	CDI	-	IPCA	3,8600	(23)	(26)
29389	17/08/2020	IPCA	6,8800	CDI	-	(43)	(15)
29390	15/08/2022	IPCA	6,9900	CDI	-	(127)	(51)
29391	15/08/2018	IPCA	6,4600	CDI	-	(7)	(3)
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	-	(29)	(14)
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	-	(38)	(8)

## PGA

Operação	Vencimento	Indexador P	Taxa P %	Indexador A	Taxa A %	2017 Valor de mercado	2016 Valor de mercado
29381	15/08/2022	IPCA	6,1100	CDI	0,0000	(9)	(1)
29383	15/06/2024	CDI	0,0000	IPCA	6,1300	1	-
29384	17/08/2020	CDI	0,0000	IPCA	6,2400	3	-
29387	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8300	(25)	(26)
29388	15/08/2022	CDI	0,0000	IPCA	3,8600	(2)	(2)
29389	17/08/2020	IPCA	6,8800	CDI	0,0000	(4)	(1)
29390	15/08/2022	IPCA	6,9900	CDI	0,0000	(12)	(4)
29391	15/08/2018	IPCA	6,4600	CDI	0,0000	(1)	-
29392	15/08/2024	IPCA	6,9400	CDI	0,0000	(3)	(1)
29393	15/08/2022	IPCA	5,8400	CDI	0,0000	(4)	(1)

## 7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

O demonstrativo da composição consolidada do exigível operacional é como segue:

	2017	2016
Impostos a recolher	477	796
Provisão de folha de pagamento	205	203
Repasse a sindicatos e associações	403	389
Fornecedores	230	327
Valores a recolher sobre folha de pagamento	148	153
Repasse para patrocinadora de assistência médica/odontológica	1.101	1.084
Outros	83	69
Total do exigível operacional	2.647	3.021



## 8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A Fundação está envolvida em diversas ações judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias. Com base no parecer de seus consultores jurídicos, a Administração constituiu provisão

para perdas consideradas suficientes para cobrir as perdas prováveis.

A composição do exigível contingencial está resumida a seguir:

	2017				2016			
	PCA	PACV	PGA	Consolidado	PCA	PACV	PGA	Consolidado
Gestão previdencial	135.383	39	-	135.422	164.509	301	-	164.810
Investimentos	-	-	-	-	9	-	-	9
Gestão administrativa	-	-	734	734	-	-	647	647
Total dos processos	135.383	39	734	136.156	164.518	301	647	165.466

### 8.1 PASSIVOS CONTINGENTES - PROVÁVEIS

Esta rubrica contempla os processos judiciais de natureza previdenciária, administrativa e de investimentos, conforme detalhado a seguir:

(F) Diferenças decorrentes de atualização monetária de reservas de poupança - expurgo inflacionário (março de 1990 a março de 1991 - IPC/BTN).

(G) Resgate da contribuição patronal.

#### 8.1.1 GESTÃO PREVIDENCIAL

Os processos de natureza previdencial são ações interpostas por ex-participantes, participantes e assistidos, vinculados em sua maioria ao PCA e que estão pleiteando:

(A) Concessão do benefício sem os limites etário e de teto de remuneração.

(B) Revisão do benefício com base nas verbas salariais deferidas em processo trabalhista em face da patrocinadora.

(C) Nulidade da migração do PCA para o PACV, em abril de 1999.

(D) Perdas decorrentes da conversão dos benefícios de cruzeiros reais para reais (Plano real), por ocasião do reajuste anual de outubro de 1994 (diferença de 46,6% referente ao INPC de junho de 1994).

(E) Diferença de índice de reajuste.

Os processos são atualizados mensalmente pela TR (Banco Central), acrescentando-se juros de mora de 1% ao mês, esses calculados sobre os valores corrigidos.

#### 8.1.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA

No exercício de 2016, foi constituída provisão para cobertura de condenação em reclamação trabalhista, na qual um antigo prestador de serviços demanda reconhecimento de vínculo empregatício com a Fundação.

#### 8.1.3 MOVIMENTAÇÃO DO EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

A movimentação do exigível contingencial no ano de 2017 está resumida a seguir:

PCA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
164.517	10.859	(25.598)	(32.864)	18.469	135.383
PACV					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
301	-	(77)	(201)	16	39
PGA					
Saldo inicial	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização	Saldo final
647	-	-	-	87	734



A movimentação decorre da rotina normal de registro de pagamentos, reversões ou constituição de novas provisões para processos, de acordo com a classificação atual da demanda e que é reflexo, principalmente, do seu estágio processual. As baixas podem decorrer do pagamento efetivo da condenação ou da alteração do resultado da demanda. Podem, ainda, ser reflexo de revisão dos valores apurados em sede de execução em razão de fatos novos. No exercício, as reversões decorrem principalmente de êxito nas defesas ou impugnações aos valores executados pelos reclamantes.

## 8.2 CONTINGÊNCIAS ATIVAS

Refere-se ao valor a receber decorrente de ação judicial transitada em julgado patrocinada pela Associação Brasileira de Entidades Fechadas de previdência Complementar (ABRAPP) em nome de suas associadas. A ABRAPP pleiteou a diferença de correção monetária paga a menor, no período de abril de 1990 a fevereiro de 1991, sobre as Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento - OFNDs emitidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento - FND, em decorrência da substituição do índice de preços ao consumidor - IPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo Bônus do Tesouro Nacional - BTN.

O FND foi criado em julho de 1986, com o objetivo de prover recursos para realização, pela União, de investimentos de capital necessários a dinamização do desenvolvimento nacional, bem como apoiar a iniciativa privada na organização e ampliação de suas atividades econômicas.

O Fundo foi autorizado a emitir quotas e obrigações para captar recursos, denominadas OFNDs, com aquisição compulsória pelos fundos de pensão patrocinados por empresas do setor público, mediante utilização de 30% de suas reservas técnicas. A ABRAPP obteve decisão favorável e transitada em julgado em 24 de setembro de 2008, no tribunal Regional Federal da 2ª região. Após esta decisão, a ABRAPP aguardou o decurso do prazo de dois anos para ação rescisória e, no exercício de 2010, orientou as suas associadas participantes do processo a efetuar a apuração dos valores a receber corrigidos monetariamente para dar início a ação de execução.

Nesse contexto, foi contratado um perito para mensurar o valor atualizado do crédito cobrado na ação, que, ao final, apurou um crédito em favor da Fundação no montante de R\$74.129. Tal crédito poderia eventualmente ser objeto de registro contábil, já que houve o trânsito em julgado e por ter uma mensuração confiável.

No entanto, em 14 de outubro de 2011, através do ofício nº4624/2011/CGMC/DIACE /PREVIC, a Fundação, assim como as demais entidades que poderiam efetuar o registro contábil relativo à referida ação judicial, recebeu determinação do órgão fiscalizador, no sentido de que não fosse efetivado o registro, sob a justificativa de que enquanto não houvesse manifestação da Justiça Federal com

relação aos valores devidos e a forma de pagamento pela União Federal, não deveria prevalecer o referido registro contábil. Oportunamente, quando atendidos os requisitos apontados pelo Órgão Fiscalizador, os valores serão devidamente contabilizados.

## 9. CONTINGÊNCIAS ATIVAS

### A) PROVISÕES MATEMÁTICAS

As provisões matemáticas de 2017 foram calculadas pelo atuário responsável pelos planos, a Consultoria WillisTowers Watson, em conformidade com a legislação vigente e com as melhores práticas atuariais do mercado. As provisões matemáticas calculadas foram:

#### I) BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/dependentes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadoria e pensão.

#### II) BENEFÍCIOS A CONCEDER

Representam o valor atual dos compromissos futuros da Fundação para com os participantes/dependentes que ainda não são elegíveis ou não solicitaram os benefícios a que fazem jus, estimados a partir da expectativa do prazo de permanência dos participantes.

#### III) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR

Representam o valor atual das contribuições de responsabilidade da patrocinadora destinadas à cobertura do déficit técnico.

### B) EQUILÍBRIO TÉCNICO

**PCA** - No exercício de 2017, foi apurado um superávit no montante de R\$31.562, que foi lançado na Provisão Matemática a Constituir e refletido no saldo devedor do Contrato III (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 11.1). Em 2016, foi registrado um déficit de R\$16.774, incorporado na Provisão Matemática a Constituir.

**PACV** - No exercício de 2017, foi apurado um superávit no montante de R\$11.662, que foi lançado na Provisão Matemática a Constituir e refletido no saldo devedor do Contrato de Confissão de Dívida e Plano de Equacionamento de Deficit. Em 2016, foi registrado um superávit de R\$5.459, utilizado nos termos do item 11.3.

## 10. HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais em 2017 e 2016, segregadas por plano de benefícios previdenciais estão demonstradas abaixo:

## PLANO DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - PCA

Descrição	2017	2016
Situação do plano	Ativo em extinção	Ativo em extinção
Data de desativação	08/01/2099	08/01/2099
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Crescimento real de salário	2,43% a.a.	2,43% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	0% a.a.	0% a.a.
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Light Média)	LIGHT (Light Média)
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado	Agregado

## PLANO DE APOSENTADORIA DE CONTRIBUIÇÃO VARIÁVEL - PACV

Descrição	2017	2016
Situação do plano	Ativo em funcionamento	Ativo em funcionamento
Indexador do plano (reajuste dos benefícios)	INPC	INPC
Taxa real anual de juros	5,5% a.a.	5,5% a.a.
Crescimento real de salário	2,43% a.a.	2,43% a.a.
Crescimento real de benefícios	0% a.a.	0% a.a.
Fator de determinação valor real dos salários	0,98	0,98
Fator de determinação valor real dos benefícios	0,98	0,98
Geração futura	Não utilizada	Não utilizada
Rotatividade	Experiência Brasiletros 2013-2015	Experiência Brasiletros 2013-2015
Tábua de mortalidade geral (de válidos)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)	AT-2000 Basic (segregada por sexo)
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB-1983	RRB-1983
Tábua de entrada em invalidez	LIGHT (Light Média)	LIGHT (Light Média)
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método atuarial	Agregado/Capitalização Financeira	Agregado/Capitalização Financeira

Em outubro de 2015, a Willis Towers Watson realizou os estudos de aderência das hipóteses para atender os dispositivos previstos nas bases técnicas da Resolução CGPC nº 18/20016, que foi alterada pela Resolução MPS/CNPC nº 9 de 29/11/2012 e nº 15 de 19/11/2014, e na Instrução nº 23 de 26/06/2015. Nessa ocasião foram analisadas as seguintes hipóteses: mortalidade de válidos, entrada em invalidez, rotatividade, mortalidade de inválidos, taxa de crescimento real de salários e taxa real de juros. Os estudos realizados em 2015 possuem validade de três anos, com exceção da taxa real de ju-

ros, cujo estudo tem validade de um ano, com as hipóteses apontadas mantidas em 2017.

A Willis Towers Watson desenvolveu o estudo referente à adequação e aderência da taxa real anual de juros, que consta do estudo técnico aprovado pelo Conselho Deliberativo, cuja conclusão foi a aderência das taxas praticadas nos Planos nos exercícios de 2017 e 2016, pelo que foi mantida a taxa de juros de 5,50% a.a. para ambos os planos.



## 11. CONTRATO DE DÍVIDA COM A PATROCINADORA AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

### 11.1 CONTRATO DE REFINANCIAMENTO DE COMPROMISSO DE RESERVA A AMORTIZAR - PCA

Em 1º de janeiro de 2002, foi assinado o contrato de cobertura, consolidação e garantia de refinanciamento do compromisso das provisões matemáticas a constituir junto à Ampla Energia e Serviços S.A., equacionando os custos decorrentes para completa integralização, no valor de R\$118.221, baseado em parecer atuarial.

O prazo do contrato é de 240 meses, sendo 30 de carência para pagamento do principal, com pagamento da atualização monetária do saldo devedor pelo IGP-DI do mês anterior e juros compostos de 6% a.a. Após o período de carência iniciou-se em julho/2004 a amortização do principal.

O contrato de financiamento da reserva a amortizar firmado com a patrocinadora possui cláusula de revisão atuarial na qual os déficits registrados no plano serão acrescidos e os superávits abatidos do saldo do contrato.

Atualmente, a atualização do contrato está vinculada ao INPC, acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

O valor refletido no saldo do Contrato foi de R\$31.562. Abaixo, apresentamos a evolução do referido contrato:

	2017			2016		
	Serviço passado	Déficit equacionado	Total	Serviço passado	Déficit equacionado	Total
Saldo no início do exercício	92.736	155.807	248.543	101.022	152.683	253.705
Atualização monetária	4.642	2.846	7.488	7.146	10.741	17.887
Juros	1.686	7.840	9.526	5.322	7.990	13.312
Valores recebidos no exercício	(21.483)	(35.306)	(56.789)	(20.754)	(32.381)	(53.135)
Revisão atuarial	-	(31.562)	(31.562)	-	16.774	16.774
Saldo no final do exercício	77.581	99.625	177.206	92.736	155.807	248.543

### 11.2 EQUACIONAMENTO DOS EFEITOS DA ALTERAÇÃO DA HIPÓTESE DE CRESCIMENTO REAL DOS BENEFÍCIOS - PACV

Teve por objetivo equacionar definitivamente os efeitos da alteração da hipótese atuarial denominada "Crescimento Real de Benefícios" de -1,5% a.a. para 0%, na avaliação atuarial realizada em 31 de dezembro de 2006, em decorrência da edição da Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, que proibiu a adoção de taxas negativas para as projeções de crescimento real dos benefícios do plano.

Foram realizados dois acordos judiciais, sendo o primeiro homologado em 7 de agosto de 2012, que contemplou os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica do Norte e Noroeste Fluminense - STIEENN (Base Campos) e o segundo homologado em 29 de abril de 2013, contemplando os participantes da base territorial do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de

Energia Elétrica de Niterói - STIEEN e do Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro - SENGE/RJ (Base Niterói), respectivamente.

Desta forma, para cada acordo judicial foi celebrado um Contrato de Financiamento entre a Patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. e a Fundação. Foi efetivado o pagamento de prestação única para os participantes assistidos à época e previsto, para os demais que optarem por renda vitalícia, o pagamento adicional de 120 (cento e vinte) prestações mensais consecutivas, devidamente atualizadas pelo INPC e acrescidas da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

A evolução é a seguinte:

	2017			2016		
	Campos	Niterói	Total	Campos	Niterói	Total
Saldo no início do exercício	2.239	7.821	10.060	3.002	9.077	12.079
Correção monetária	41	144	185	213	648	861
Juros	113	398	511	159	485	644
Valores recebidos no exercício	(465)	(1.477)	(1.942)	(564)	(1.578)	(2.142)
Revisão atuarial	(75)	(139)	(214)	(571)	(811)	(1.382)
Saldo no final do exercício	1.853	6.747	8.600	2.239	7.821	10.060

### 11.3 PLANO DE EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT DO PACV

O equacionamento do déficit será efetuado por contribuições extraordinárias das patrocinadoras e pela utilização do Fundo de Reversão de saldo por Exigência Regulamentar, enquanto houver saldo disponível. A parte do déficit assumida pela patrocinadora Ampla Energia e Serviços S.A. foi objeto de contrato de confissão de dívida no ano de 2014, conforme determina a legislação vigente, com cláusula de revisão atuarial, onde o saldo devedor do contrato será revisto ao final de cada ano. Já com relação às patrocinadoras Brasileiros e Enel, é equacionada através de contribuições extraordinárias calculadas sobre a folha de salários dos participantes.

Em todos os casos, a amortização das parcelas considera a reversão dos recursos acumulados no "Fundo Previdencial de Reversão de Saldo por Exigência Regulamentar", enquanto houver saldo, conforme aprovação do Conselho Deliberativo e das Patrocinadoras.

O prazo restante de amortização do déficit é de 147 meses.

A evolução da dívida é a seguinte:

	Ampla Energia e Serviços S.A.			Brasileiros			Enel Brasil S.A.			Total		
	A conceder	Concedido	Total	A conceder	Concedido	Total	A conceder	Concedido	Total	A conceder	Concedido	Total
Saldo no início do exercício	23.104	55.937	79.041	303	-	303	371	-	371	23.778	55.937	79.715
Revisão Atuarial 03/2017	(659)	(1.975)	(2.634)	(22)	-	(22)	(21)	-	(21)	(702)	(1.975)	(2.677)
Correção monetária	433	1.044	1.477	5	-	5	6	-	6	444	1.044	1.488
Juros	1.199	2.887	4.086	15	-	15	18	-	18	1.232	2.887	4.119
Valores pagos pela patrocinadora	(2.005)	(4.833)	(6.838)	-	-	-	-	-	-	(2.005)	(4.833)	(6.838)
Utilização do fundo de reversão	(429)	(1.039)	(1.468)	(36)	-	(36)	(54)	-	(54)	(519)	(1.039)	(1.558)
Revisão atuarial	(4.251)	(7.224)	(11.475)	(98)	-	(98)	(87)	-	(87)	(4.436)	(7.224)	(11.660)
Saldo no final do exercício	17.392	44.797	62.189	167	-	167	233	-	233	17.792	44.797	62.589

O PACV apresentou superávit no exercício de 2016 no montante de R\$5.459. A destinação desse resultado observou inicialmente os termos das Instruções Previc nº 26 de 10/03/2016 e nº 32 de 02/09/2016, a despeito da previsão contratual de reflexo integral no saldo devedor contratado. Inicialmente, foi refletido no saldo devedor o valor de R\$2.838. Em razão da existência de contrato firmado antes das vigências

das normas citadas, a Fundação formulou consulta à PREVIC para que fosse proferido um posicionamento quanto à aplicação da norma. Por meio do Ofício Previc nº 560/2017, foi registrado o entendimento de respeito ao Contrato vigente. Em virtude disso, em março de 2017 foi refletido adicionalmente no saldo devedor o valor de R\$2.677, conforme parecer atuarial datado de 19 de abril de 2017.

## 12. FUNDOS

	2017			2016		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Previdenciais	19.210	1.934	21.144	18.872	2.151	21.023
Reversão de saldo por exigência regulamentar	-	1.060	1.060	-	1.566	1.566
Cobertura de demandas judiciais	19.210	-	19.210	18.872	-	18.872
Cobertura de conta coletiva de risco	-	874	874	-	585	585
Administrativo						
Fundo da gestão administrativa	2.794	4.119	6.913	2.589	4.514	7.103
Investimentos	614	158	772	510	128	638
Empréstimo simples	611	158	769	506	128	634
• Financiamento imobiliário	3	-	3	4	-	4
Total dos fundos	22.618	6.211	28.829	21.971	6.793	28.764

### 12.1 FUNDOS PREVIDENCIAIS

**FUNDO PREVIDENCIAL DE REVERSÃO DE SALDO POR EXIGÊNCIA REGULAMENTAR DO PACV** - constituído pelas parcelas do Saldo de Conta Total de Participante que não foi destinada ao pagamento de benefícios e institutos. Esse fundo é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado e, atualmente, é utilizado para amortização das contribuições extraordinárias, conforme item 11.3.

**FUNDO PARA COBERTURA DE DEMANDAS JUDICIAIS** onstituído em 2012 no PCA, com o objetivo de compensar o acréscimo nas provisões matemáticas de benefícios concedidos, em decorrência de decisões judiciais, que determinaram a revisão do reajuste aplicado aos benefícios mensais quando da conversão do cruzeiro real para real. Esse fundo foi recalculado em 2017 pela Willis Towers Watson e é atualizado mensalmente pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

**FUNDO DE COBERTURA DA CONTA COLETIVA DE RISCO** - constituído no PACV, no ano de 2014, com o excesso acumulado na Conta Coletiva para cobertura dos Benefícios de Invalidez e Morte em relação ao Valor Presente dos Benefícios correspondentes. Esse fundo é incrementado com os ganhos e perdas atuariais e é atualizado mensalmente pelo Índice de Atualização de Contas Pós-fixado.

### 12.2 FUNDO ADMINISTRATIVO

**FUNDO ADMINISTRATIVO** - constituído pela diferença entre as receitas e as despesas administrativas acrescida do saldo no ativo permanente. O saldo do fundo administrativo é segregado por plano e destina-se à cobertura de insuficiências no custeio administrativo.

### 12.3 FUNDO INVESTIMENTO - EMPRÉSTIMOS

**FUNDO DE INVESTIMENTOS (EMPRÉSTIMO SIMPLES)** - constituído pelos prêmios descontados sobre os valores concedidos de empréstimo. Foi criado com a finalidade de garantir a quitação do saldo devedor de empréstimo em caso de falecimento do mutuário e é atualizado pelo INPC e acrescido da taxa de juros equivalente ao mínimo atuarial praticado pelo Plano e prevista na Demonstração Atuarial - DA.

**FUNDO DE INVESTIMENTOS (FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO)** - constituído para garantir a quitação dos empréstimos concedidos aos participantes nessa modalidade.

## 13. PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

### A) RECEITA PARA ADMINISTRAÇÃO DO PGA

É formada pela contribuição das patrocinadoras, pela transferência dos investimentos dos planos de benefícios conforme orçamento anual e pela rentabilidade dos investimentos do próprio PGA. A con-

tribuição da patrocinadora e o valor do investimento dos planos de benefícios são transferidos mensalmente para o PGA.

	2017			2016		
	PCA	PACV	Consolidado	PCA	PACV	Consolidado
Contribuição taxa da patrocinadora	2.440	1.455	3.895	1.884	1.628	3.512
Transferido do investimento	2.354	592	2.946	2.466	931	3.397
Resultado positivo dos investimentos do PGA	307	425	732	402	573	975
Outras receitas	-	-	-	5	2	7
Total da receita	5.101	2.472	7.573	4.757	3.134	7.891

### B) DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

	2017	2016
Diretoria (a)	2.211	2.100
Empregados	2.473	2.281
Estagiário	120	116
	4.804	4.497

(a) Sem encargos e benefícios - R\$1.706 em 2017 (R\$1.628 em 2016)

### C) SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2017	2016
Consultoria jurídica	689	700
Sistemas de informática	569	770
Consultoria atuarial	139	144
Consultoria de investimentos	100	131
Auditoria contábil	126	173
Gestão de planejamento estratégico	52	52
Recursos humanos	32	29
Outras	126	119
Serviços de terceiros	1.833	2.118

## 14. AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO

Em 4 de fevereiro de 2015, foi publicada a Instrução PREVIC nº19, que disciplina os critérios e os procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico e para utilização ou destinação de superávit técnico (observadas as alterações posteriores). Esse ajuste de precificação dos títulos, atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, corresponde à diferença

entre o valor considerando a taxa de juros utilizada na respectiva avaliação atuarial (5,5%) e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação dos títulos públicos elegíveis em 31 de dezembro de 2017 do Plano PCA resultou em um valor positivo de R\$26.380, (em 2016 foi R\$23.708) conforme demonstrativo a seguir:



2017					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	41.613	125.181	130.242	5.061
NTN-B	15/08/2024	3.940	11.450	12.557	1.107
NTN-B	15/08/2030	10.955	33.644	35.514	1.870
NTN-B	15/05/2035	31.404	92.401	101.418	9.017
NTN-B	15/08/2040	15.386	43.706	50.780	7.074
NTN-B	15/05/2045	3.980	10.785	13.036	2.251
<b>Total</b>			<b>317.167</b>	<b>343.547</b>	<b>26.380</b>

2016					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/05/2023	41.613	121.552	127.232	5.680
NTN-B	15/08/2024	3.940	11.061	12.264	1.202
NTN-B	15/08/2030	10.955	32.735	34.651	1.916
NTN-B	15/05/2035	31.404	89.853	98.906	9.053
NTN-B	15/08/2040	13.526	37.657	43.515	5.857
<b>Total</b>			<b>292.858</b>	<b>316.568</b>	<b>23.708</b>

A despeito do resultado positivo do ajuste de precificação, mas considerando a existência do Contrato de dívida com a patrocinadora Ampla (Contrato III), foi lançado na Provisão Matemática a Constituir e refleti-

do no saldo devedor do Contrato III o superávit técnico contábil (Contrato de Dívida com a Patrocinadora - vide item 11.1) em vez do Equilíbrio Técnico Ajustado positivo verificado no exercício conforme tabela:

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2017	2016
a) Equilíbrio técnico	-	-
b) (+/-) Ajuste de precificação	26.380	23.708
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	26.380	23.708

Com relação ao PACV, o ajuste de precificação dos títulos públicos em 31 de dezembro de 2017 resultou em um valor positivo de R\$2.076, (em 2016 foi R\$2.599) conforme demonstrativo a seguir:

2017					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/08/2018	20.222	62.669	62.925	256
NTN-B	15/05/2023	11.975	36.256	37.480	1.224
NTN-B	15/05/2035	3.000	9.092	9.688	596
<b>Total</b>			<b>108.017</b>	<b>110.093</b>	<b>2.076</b>

2016					
Título público	Vencimento	Quantidade	Valor contábil	Valor ajustado pela taxa atuarial	Valor ajuste de precificação
NTN-B	15/08/2018	20.222	60.909	61.535	625
NTN-B	15/05/2023	19.975	35.239	36.614	1.374
NTN-B	15/08/2040	3.000	8.848	9.448	600
<b>Total</b>			<b>101.996</b>	<b>107.567</b>	<b>2.599</b>

A despeito do resultado positivo do ajuste de precificação, mas considerando a existência do Contrato de Equacionamento de Déficit (vide item 11.3), o superávit técnico contábil foi lançado na Provisão Matemática a Constituir por ajustes das contribuições extraordinárias, em vez do Equilíbrio Técnico Ajustado conforme tabela:

Apuração do equilíbrio técnico ajustado	2017	2016
a) Equilíbrio técnico	-	2.621
b) (+/-) Ajuste de precificação	2.076	2.599
c) (+/-) Equilíbrio técnico ajustado = (a-b)	2.076	5.220

## 15. RESPONSÁVEIS

**David Augusto de Abreu**  
DIRETOR PRESIDENTE  
CPF: 010.618.617-59

**Daniela dos Santos Oliveira H. de Melo**  
DIRETORA DE INVESTIMENTOS,  
ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CPF: 080.689.697-30

**Oscar Enrique Campos Jara**  
DIRETOR DE SEGURIDADE  
CPF: 053.736.007-76

**Muci Girgi Germain**  
DIRETOR JURÍDICO  
CPF: 072.175.007-96

**Andréa de Souza Barreto**  
CONTADORA  
CRC-RJ 095.267/O-8  
CPF: 095.108.274-71



## PARECER DO CONSELHO DELIBERATIVO

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2017

O Conselho Deliberativo da **FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS**, nos termos do artigo 18, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) - DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) - DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA, das respectivas notas explicativas e dos pareceres favoráveis emitidos pela auditoria realizada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 21 de fevereiro de 2018, e pelo Conselho Fiscal, datado de 02 de março de 2018, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2017, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 12 de Março de 2018.

Luzia Brandão Marinho Bartolette

Alexandre Pinto de Brito Oliveira

Geraldo Ricardo de Oliveira Raed

Anderson Luís Tostes dos Santos

Mônica dos Santos Dias Cola

Francisco Eduardo Rizzo Fraga

Raimundo Câmara Filho

Ronaldo Jubert Tenório Lima

Maurício Szwarc



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIO DE 2017

O Conselho Fiscal da **FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL - BRASILETROS**, nos termos do artigo 39, do Estatuto Social da Fundação, após análise das Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, e compostas do Balanço Patrimonial (Consolidado), da Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (Consolidada) - DMPS, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (Consolidada) - DPGA, da Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, da Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPTP, da Demonstração do Plano de Gestão Administrativa por Plano de Benefícios - DPGA, das respectivas notas explicativas e do parecer favorável emitido pela auditoria realizada pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S., datado de 21 de fevereiro de 2018, manifesta expressamente a aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2017, sem restrições e para os devidos efeitos legais.

Niterói, 02 de Março de 2018.

Leandro Oliveira Cordeiro

Silvana Longhi Valle Moreira

José Carlos Pacheco





# DIRETORIA JURÍDICA

**"Nenhum caminho parcial  
conduz à meta total."**

Lao Tsé



# DIRETORIA JURÍDICA ●



Muci Girgi  
Germain ●

Equilíbrio  
Jurídico



## Equilíbrio de Interesses

Em linha com o tema deste relatório anual, gostaria de dissertar sobre alguns pontos que considero fundamentais para a manutenção do equilíbrio que alcançamos na atuação da Diretoria Jurídica da Fundação.

O primeiro deles é a defesa do interesse coletivo sobre os interesses individuais, uma vez que a preservação do patrimônio e a consequente sustentabilidade da Fundação beneficiam a todos, sem distinção. Vejo a fundação a caminho do seu futuro como a bela imagem do voo dos pássaros em V nos períodos de migração: o perfeito equilíbrio que aponta para o destino que lhes cabe, ou seja, a estação favorável à sobrevivência. Segundo os cientistas essas formações em V ajudam os pássaros a conservarem sua energia na longa jornada, já que cada um voa ligeiramente à frente do outro, proporcionando menos resistência ao vento, e as posições vão se alternando para que cada um possa descansar um pouco. Esta imagem poética se comparada com a perspectiva de cumprimento da missão da fundação tem enorme força de expressão, uma vez que nenhum pássaro ou participante chegará a cumprir a contento seu destino se voar sozinho. No nosso caso, o destino é uma aposentadoria digna para cada um dos nossos participantes. Portanto, o papel da Diretoria Jurídica é garantir que o interesse coletivo prevaleça para que os interesses individuais venham a ser atendidos no futuro. Fique claro que quando de fato for reconhecida a violação de direitos individuais, estes serão prontamente restabelecidos. Até porque não interessam ao coletivo os altos custos da judicialização em longo prazo de litígios com a Fundação. Porém,

não fizemos e não faremos concessões a processos que partem de premissas errôneas. Nossa prática é o diálogo franco para solução imediata sob o estrito cumprimento da lei.

O segundo ponto é a ética nos contratos. Quanto mais objetivos, mais chances os contratos têm de favorecer princípios éticos e a boa condução dos negócios. A Diretoria Jurídica existe para assegurar que direitos e deveres estejam claros para todas as partes envolvidas, seja na contratação dos serviços e produtos necessários à operação ou nos documentos institucionais que regem a nossa relação com os participantes como estatuto e regulamentos. Estamos ainda responsáveis pelo acompanhamento da legislação previdenciária e adequação a novos institutos e obrigações, em defesa das boas práticas do mercado de Previdência Complementar.

O terceiro ponto é a transparência sobre nossos princípios e convicções e a total receptividade à aproximação para esclarecimento de dúvidas e orientação sobre processos já em andamento. Estamos de portas abertas para discutir pessoalmente cada um dos litígios existentes e apresentar nosso ponto de vista e caminhos para soluções imediatas.

Com atenção a estes pontos de equilíbrio, a Diretoria Jurídica tem contribuído para os resultados financeiros da Fundação a partir da reversão do passivo jurídico com realizações expressivas tanto no ano de 2016 como em 2017. Terminamos mais um ano com a sensação de dever cumprido.

“ O papel da Diretoria Jurídica é garantir que o interesse coletivo prevaleça para que os interesses individuais venham a ser atendidos no futuro. ”





**"O modo como você  
reúne, administra e usa a  
informação determina se  
vencerá ou perderá."**

**Bill Gates**



FUNDAÇÃO AMPLA DE SEGURIDADE SOCIAL

# • Brasileiros

Avenida Roberto Silveira, 488 - 13º andar  
Icaraí, Niterói - RJ | 24230-163

TELEFONE: (21) 2707-5550  
FAX: (21) 2707-5558